



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A ASCENSÃO DO PODER POPULAR DURANTE O
GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ (1999-2013)**

BEATRIZ DOS SANTOS ABREU

Foz do Iguaçu,
2019



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO DE
ECONOMIA, SOCIEDADE E POLÍTICA
(ILAESP)**

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A ASCENSÃO DO PODER POPULAR DURANTE O
GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ (1999-2013)**

BEATRIZ DOS SANTOS ABREU

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

Orientadora: Paula Daniela Fernandez

Foz do Iguaçu,
2019.

BEATRIZ DOS SANTOS ABREU

**A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA E A ASCENSÃO DO PODER POPULAR DURANTE O
GOVERNO DE HUGO CHÁVEZ (1999-2013)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Economia, Sociedade e Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e Integração.

BANCA EXAMINADORA

Orientadora: Prof. Doutora Paula Daniela Fernandez

(UNILA)

Prof. Doutor Fernando Gabriel Romero

(UNILA)

Prof. Doutor Mamadou Alpha Diallo

(UNILA)

Foz do Iguaçu, 8 de julho de 2019

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus familiares que sempre apoiaram e estimularam o meu crescimento pessoal e profissional. Em especial a minha mãe Gláucia Hermínia e a minha vó Nilda, duas mulheres incrivelmente fortes em quem busco me espelhar sempre que posso. Não teria conseguido fazer metade do meu trabalho se não fosse a força e resistência cuja fonte só encontro em casa. Sem o cuidado, amor e apoio de vocês não consigo chegar a lugar nenhum.

Agradeço também aos meus amigos que me acompanharam por todo o período da faculdade. Por todos os dias de aula, pelos cafés, pelas risadas, pelas conversas, pelos trabalhos, pelas aflições, pelas brigas, pela parceria e pelo companheirismo. Com vocês aprendi muito e deixei para trás velhas certezas que hoje já não fazem mais sentido. Vocês tornaram a vida mais leve quando tudo parecia fora de controle. Sem vocês também não teria conseguido, tudo o que fiz durante a universidade foi feito e aprendido em grupo, em conjunto com vocês.

Agradeço aos meus professores e mestres que direcionaram meus estudos e pesquisas na universidade, em especial a minha orientadora Paula Daniela Fernandez. Sua orientação, seus conselhos, estímulo e paciência esclareceram muitos dos meus questionamentos. O seu apoio foi imprescindível na construção desse projeto.

Finalmente, agradeço aos governos Lula e Dilma que democratizaram o ensino superior e garantiram uma universidade pública, gratuita e de qualidade para a formação de milhares de jovens que antes não tinham perspectiva de estudar. Sem o governo Lula tampouco teríamos a Universidade Federal da Integração Latino-americana e seu projeto único e diverso. Minha graduação, além de ser fruto de uma Universidade com um objetivo transformador, é resultado de governos que deram mais acesso e oportunidade aos pobres. Lula Livre!

*Juro delante de usted, juro por el Dios de mis padres, juro por ellos, juro por mi honor y juro por la Patria, que no daré descanso a mi brazo ni reposo a mi alma, hasta que haya roto las cadenas que nos oprimen. **Simón Bolívar, juramento de Monte Sacro.***

ABREU, Beatriz dos Santos. **A Revolução Bolivariana e a ascensão do Poder Popular durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMO

O presente artigo se propõe a analisar como a Revolução Bolivariana estimulou a participação da sociedade civil no processo decisório do Estado Bolivariano da Venezuela. A partir a ascensão de Hugo Chávez à presidência da república em 1999, nota-se uma maior politização e participação política do cidadão venezuelano em função da democracia participativa e protagônica colocada em pratica durante os governos chavistas. Esse novo modelo de democracia é estimulado pelo trabalho feito através dos Conselhos Comunais, das Missões Sociais e das Milícias Bolivarianas. No trabalho, também buscamos analisar a construção de uma contra-hegemonia frente ao modelo de Estado capitalista, que ocorre em função do projeto de Socialismo do século XXI, pensado a partir da teoria bolivariana. No trabalho, é analisado o período do governo de Chávez e em como estes influenciaram as mudanças da política interna venezuelana, assim como a democratização do Estado venezuelano.

Palavras chave: Sociedade civil, Chavismo, Socialismo do século XXI, Participação política.

ABREU, Beatriz dos Santos. **A Revolução Bolivariana e a ascensão do Poder Popular durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

RESUMEN

El presente artículo se propone a analizar como la Revolución Bolivariana estimuló la participación de la sociedad civil en el proceso decisorio del Estado Bolivariano de Venezuela. A partir del ascenso de Hugo Chávez a la presidencia de la república en 1999, se nota una mayor politización y participación política del ciudadano venezolano en función de la democracia participativa y protagónica puesta en práctica durante los gobiernos chavistas. Este nuevo modelo de democracia es estimulado por el trabajo hecho a través de los Consejos Comunales, de las Misiones Sociales y de las Milicias Bolivarianas. En el trabajo, también buscamos analizar la construcción de una contra-hegemonía frente al modelo de Estado capitalista, que ocurre en función del proyecto de Socialismo del siglo XXI, pensado a partir de la teoría bolivariana. En el trabajo, se analiza el período del gobierno de Chávez y en como éstos influenciaron los cambios de la política interna venezolana, así como la democratización del Estado venezolano.

Palabras clave: Sociedad civil, Chavismo, Socialismo del siglo XXI, Participación política.

ABREU, Beatriz dos Santos. **A Revolução Bolivariana e a ascensão do Poder Popular durante o governo de Hugo Chávez (1999-2013)**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais e Integração – Universidade Federal da Integração Latino-Americana - UNILA, Foz do Iguaçu, 2019.

ABSTRACT

This paper intends to analyze how the Bolivarian Revolution stimulated the civil society participation in the decision-making process of the Bolivarian State of Venezuela. Since the rise of Hugo Chávez to the country's presidency in 1999, there's an increasing politization and political participation of Venezuelan citizens in the participative and protagonic democracy put in practice during Chavez and Maduro governments. This new model of democracy is stimulated by the work done through the Communal Councils, Social Missions and Bolivarian Milicias. In this paper, we also seek to analyze the construction of a counter-hegemony towards the model of capitalist State, which occurs through the project of 21st Century Socialism, created by the bolivarian theory. In the paper Chavez' government is analyzed, as well as its influence in the changes inside venezuelan politics and the democratization of Venezuelan State.

Key Words: Civil Society, Chavismo, 21st Century Socialism, Political Participation

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Foto 1 - Monte Ávila. Agosto de 2018.....	62
Foto 2 - Teleférico de San Agustín. Agosto de 2018.....	62
Foto 3 - Bar caraquenho, La Pastora. Agosto de 2018.....	63
Foto 4 - A caminho de Catia. Agosto de 2018.....	63
Foto 5 - Praça Altamira. Agosto de 2018.....	64
Foto 6 - Cartaz de um ato feminista. Agosto de 2018.....	64
Foto 7 - Visita ao Museu Bolivariano. <i>“Si se opone la naturaleza lucharemos contra ella y la haremos que nos obedesca.</i> Agosto de 2018	65
Foto 8 - Visita ao Museu Bolivariano. Agosto de 2018.....	65
Foto 9 - Aquí no se habla mal de Chávez. Agosto de 2018.....	66
Foto 10 - Fidel e Chávez. Agosto de 2018.....	66
Foto 11 - Manifestação chavista. Agosto de 2018.....	67
Foto 12 - Manifestação chavista. Agosto de 2018.....	67
Foto 13 - Manifestação chavista, PSUV como linha de frente. Agosto de 2018.Foto 12 - Manifestação chavista. Agosto de 2018.Foto 11 - Manifestação chavista. Agosto de 2018.....	68
Foto 14 - Entrevista com a comandante das Milícias Bolivarianas. Agosto de 2018.....	68
Foto 15 - Entrevista com Renato Castanha. Agosto de 2018.....	69

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
I – MARCO TEÓRICO E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS.....	14
I.I. Metodologia.....	14
I.II. Pesquisa de Campo.....	16
I.III. Ferramentas teóricas – O que é revolução?.....	17
I.IV. Tática e estratégia de guerra.....	21
I.V. Socialismo.....	25
II – CONTEXTO HISTÓRICO.....	27
III – A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA.....	36
III.II. Socialismo do Século XXI.....	42
III.I. Por quê falamos de Revolução Bolivariana?.....	44
IV– A PARTICIPAÇÃO DAS MASSAS POPULARES NA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA	47
V.I. Pensamento Bolivariano como teoria de organização política.....	48
V.II. Conselhos Comunais e Comunas.....	50
V.III. Missões Sociais.....	53
IV.III. Milícias Bolivarianas.....	54
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59

INTRODUÇÃO

O século XX foi palco de inúmeras guerras e revoluções. Sendo a guerra um tema central dentro do campo teórico das Relações Internacionais, o tema das revoluções, apesar de estar paralelo à importância histórica das guerras, não é tido como central. Assim como as guerras, as revoluções devem ser compreendidas para uma construção mais abrangente das teorias das Relações Internacionais.

De acordo com Visentini, as revoluções são geralmente associadas como início ou resultado de guerras internas. Quando as revoluções ocorrem, além de afetarem a ordem internacional, em alguns casos influenciam inclusive a política interna de outros países diferentes das quais ocorreram, impactando forças políticas contrárias ou a favor dos anseios revolucionários. Para o autor:

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores tanto internos quanto externos e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram um impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. (VISENTINI, 2016, p. 116)

Nesse sentido, o impacto na ordem internacional faz das revoluções tema de grande relevância para as Relações Internacionais. Na América Latina, como exemplo das revoluções ocorridas no século XX, temos a Revolução Mexicana (1910-1940), a Revolução Boliviana (1952-1985), a Revolução Cubana (1959), a Revolução Nicaraguense (1979-1990) e a Revolução Bolivariana (1999). Todas tiveram impacto internacional, contaram com um amplo apoio popular, contestaram as estruturas do Estado em pleno século XX e, em alguns casos, contrariaram o sistema capitalista.

As revoluções internas influenciam inclusive a política regional, uma vez que após os processos revolucionários, suas políticas externas também tendem a passar por transformações. Na Venezuela, por exemplo, a situação de conflito que ocorre atualmente dentro do país é um fator desestabilizante para a região e por esse motivo a Venezuela se mostra como um ator significativo dentro das relações internacionais do continente.

Ademais, observamos que depois dos governo de Hugo Chávez, se há uma nova proposta de integração da América Latina. Desde então, a país passou a propor novos modelos de integração, como a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), a CELAC (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos) e o Petrocaribe. Politicamente, notamos a tentativa de regaste do pensamento de Simón Bolívar e seus objetivos de se construir, no futuro, a pátria grande no território latino-americano.

Com o desenvolvimento do presente estudo, analisaremos especificamente a Revolução Bolivariana, um processo iniciado em 1999, e em disputa no atual momento. O tema da pesquisa apresentada é o Poder Popular emergente durante a Revolução Bolivariana na Venezuela, assim como a participação política da sociedade civil venezuelana durante os governos de Hugo Chávez. Os objetivos são explicar os mecanismos propostos pelo Estado a partir de 1999 que são responsáveis por incentivar a participação popular dentro dos processos políticos decisórios da Venezuela. O trabalho se propõe a trazer propostas acerca do seguinte problema: Considerando que houve um aumento significativo dos setores populares na tomada de decisão do Estado Bolivariano a partir de 1999, quais foram os instrumentos utilizados como incentivo à participação política destes setores populares?

O trabalho que segue será apresentado em quatro capítulos. O primeiro é dividido em duas partes. A primeira tratará da metodologia utilizada no trabalho, serão expostas as técnicas de pesquisa e a descrição do estudo de campo feito em Caracas, em agosto de 2018. A segunda parte é o marco teórico, nele analisaremos o conceito de revolução e os conceitos de tática a estratégia de guerra, guerra de movimentos, guerra de posições e hegemonia.

No segundo capítulo, estudaremos os antecedentes da Revolução Bolivariana, que se inicia em 1830 com início da V República e vai até 1999, com a aprovação da Constituição da República Bolivariana da Venezuela e o início da V República. Com o fim da IV República, observamos o começo da revolução e da teoria bolivariana como projeto ideológico, que propõe uma nova política a ser aplicada pelo Estado Bolivariano da Venezuela.

No terceiro capítulo indagaremos sobre a Revolução Bolivariana durante os governos de Chávez e o projeto contra-hegemonico de Socialismo do Século XXI. No último capítulo analisaremos a participação dos setores populares na Venezuela e a formação do quarto poder político na Venezuela, o Poder Popular. A partir da V República na Venezuela se há uma ressignificação do modelo político vigente por meio da democracia participativa e protagônica. Seus instrumentos de efetivação são as Missões, os Conselhos Comunais, as Comunas e a União Cívico-Militar. Finalmente, fecharemos nosso trabalho com algumas considerações finais.

I – MARCO TEÓRICO E FERRAMENTAS METODOLÓGICAS

No presente capítulo descrevemos as técnicas de pesquisa utilizadas para a realização da pesquisa e as ferramentas teórico conceituais que vamos utilizar ao longo de nosso

trabalho. Assim, iniciaremos com a metodologia e a descrição do trabalho de campo feita durante a pesquisa.

Na segunda parte, definiremos teoricamente o conceito de revolução a partir de autores clássicos e contemporâneos, e explicaremos que os processos revolucionários são momentos de transformações profundas das estruturas política, social e econômica dos territórios em que ocorrem. Observamos também os seus impactos dentro dos limites do estado-nação.

Tais transformações acontecem, geralmente, por vias não pacíficas, insurgentes e em alguns casos, por meio de rebeliões e revoltas armadas. Dessa forma, na primeira parte do trabalho, buscamos conceitualizar teoricamente a revolução, para a partir disso analisar o processo político entendido como revolução na Venezuela. Assim, antes de tudo precisamos ter em mente a relação da revolução com a ruptura e mudança da realidade em voga.

Em seguida a definição de revolução, trabalharemos com táticas e estratégias que podem ser usadas em processos revolucionários. Para isso utilizaremos os escritos de Che sobre a guerra de guerrilhas e Gramsci, ao tratar de guerra de movimentos e guerra de posições na disputa pela hegemonia do Estado.

I.I. Metodologia

A metodologia utilizada na investigação foi de tipo qualitativo. As técnicas usadas no desenvolvimento da pesquisa foram de pesquisa de campo, observação, entrevistas e análise de fontes orais e escritas, primárias e secundárias. Por meio destas, buscamos trazer percepções acerca do Revolução Bolivariana em disputa durante os governo de Hugo Chávez.

Para analisar e interpretar o processo revolucionário, foi feita uma pesquisa de campo em Caracas em agosto de 2008, durante um intervalo de 20 dias. Nela foram registradas entrevistas com militantes políticos do projeto político chavista. De acordo com Barragán (2008) , os estudos de campo são formas de investigação que constroem trabalho com maior profundidade, que pode estudar as estruturas sociais de uma comunidade, assim como a interações sociais da mesma.

É importante ressaltar que para o trabalho, por questões de ética e segurança, não usaremos os nomes verdadeiros dos entrevistados, mas nomes fictícios para proteger suas identidades. O estudo de campo buscava verificar a hipótese de que havia um processo revolucionário ocorrendo na Venezuela por meio do crescente poder popular estimulado pelos

governos bolivarianos. A redação do trabalho foi construída por meio da interpretação de dados, descrição, processamento e análise. Pelo trabalho se buscou analisar as condições subjetivas do processo político no que tange ao empoderamento das massas populares.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas gravadas. As entrevistas são “conversaciones cuya finalidad es obtener información em gomo a un tema. Entrevistar es también ejecutar lo estudiado. Es interacción, y las ciencias sociales estudian la interacción. Por eso se puede (y se ha hecho) estudiar la actividad de entrevistar.” (BARRAGÁN, 2008, p. 140) As entrevistas foram previamente estruturadas e dirigidas, haviam perguntas fixas que todos os entrevistados responderam na mesma ordem. Para tanto, havia um questionário com dez perguntas que indagavam sobre o cenário político da Venezuela. De acordo com Barragan, as entrevistas dirigidas:

En su variante más estricta se trata de un guión donde se plan tean las preguntas siempre de la misma forma y en el mismo orden. El límite con un cuestionario es borroso. Las entrevistas altamente estandarizadas tienen la ventaja de ser fácilmente clasificables y sencillas de tal manera que se pueden codificar rápidamente. (En general, se utiliza este sistema cuando las respuestas alternativas son conocidas, limitadas en número y claramente definidas. (BARRAGÁN, 2008, p. 142)

Preferimos utilizar as entrevistas dirigidas pelo pouco tempo que se ocorreu a pesquisa de campo, o tempo dos entrevistados também era curto e por esses motivos as entrevistas dirigidas foram mais funcionais ao trabalho. Ademais, como técnica complementar as pesquisas e entrevistas foram feitas observações referente ao campo durante a pesquisa. Foram observadas as formas de organização política do movimento chavista, assim como sua atuação social em Caracas.

Além das fontes orais, para a escrita do trabalho foram utilizadas fontes escritas. Em suma, dentro da pesquisa de campo, as entrevistas correspondem as fontes orais primárias do trabalho, e a revisão bibliográfica das fontes escritas são fontes primárias e secundárias.

I.II. Pesquisa de Campo

Um dos métodos utilizados no trabalho foi a observação e a coleta de informações acerca do processo revolucionário por meio de uma pesquisa de campo feitas na capital da Venezuela, Caracas entres os dias 02 e 22 de agosto de 2018. Durante o período que estive na capital, presenciei a tentativa de assassinato ao Presidente Nicolás Maduro (4 de agosto de 2018) por meio de um Magnicídio, a Reconversão Monetária, iniciado no dia 20 de agosto e

conheci militantes políticos atuantes no processo revolucionário que se desenrola na Venezuela atualmente.

Para o trabalho, foram gravadas entrevistas com militantes políticos. Antes da análise das entrevistas, é importante ressaltar que o chavismo é um movimento de massas, onde notamos uma influência significativa do PSUV (Partido Socialista da Venezuela) sobre tais. Contudo, apesar do partido possuir voz de comando em manifestações chavistas, por exemplo, o mesmo não abarca o movimento chavista em toda a sua extensão. O chavismo é um movimento político muito maior que o PSUV. Para ser um sujeito politicamente ativo no processo revolucionário, não é necessária a filiação política dentro do partido socialista, especificamente. O chavismo é um projeto de Estado pensado a curto e longo prazo que faz da participação popular sua força motriz. Para se somar suas fileiras e lutar por este projeto não há a necessidade de estar previamente filiado ao PSUV.

A militância na Venezuela ocorre de forma territorial, nos bairros e nas ruas. Os coletivos são diversos e se organizam de forma autônoma às deliberações internas do partido, se organizam em função das demandas próprias dos bairros onde se localizam e atuam da maneira que melhor convém ao grupo organizado. Precisamos entender que o Poder Popular na Venezuela atua de forma independente do Poder Estatal. O primeiro legitima e dá sustento ao segundo, contudo não são poderes que dependem um do outro, são paralelos.

As entrevistas foram gravadas e os entrevistados sabiam que estavam sendo gravados. Para a entrevista, havia um roteiro de perguntas elaborado previamente. As pessoas que participaram das entrevistas foram diversas, algumas trabalhavam por meio da disseminação de informação, outros na construção de coletivos políticos e em movimentos sociais, desde os Conselhos Comunitários até a Milícia Bolivariana. Contudo, o que todas essas pessoas tinham em comum era o fato de trabalharem politicamente na revolução e se considerarem chavistas, eram sujeitos conscientes acerca do processo revolucionário e trabalhavam para tal seja nos coletivos organizados dos seus bairros ou em outras esferas do poder popular.

I.III. Ferramentas teóricas: O que é revolução?

Por meio da teoria exposta nas obras de Marx (1848; 1871), Lênin (1917), Mao-Tsé Tung (1964), Hobsbawm (1990) e Hanna Arendt (1963), explicaremos o que é a revolução em um contexto de processo e disputa políticos. Entende-se que a teoria é indissociável da

metodologia prática e que para melhor compreensão do termo, a sequência em que os autores e seus conceitos estão dispostos será feita de uma forma cronológica.

Marx em suas obras “O Manifesto Comunista” publicado em 1848 e “A Guerra Civil na França” publicado em 1871 nos traz vários elementos e conceitos chave para que entendamos o significado de revolução e seus impactos nos processos políticos. Em primeira instância, o autor parte do pressuposto que “a história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes” (MARX, 1848. p. 1). Isso quer dizer que historicamente há um conflito constante entre classes e tal conflito é crucial para compreender as opressões que se manifestam como produtos do sistema capitalista em voga. De acordo com Marx, “opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta”. (MARX, 1848, p.1).

Em outras palavras, o desfecho da luta de classes culminará em uma revolução que subverterá a ordem capitalista. A ordem e a opressão capitalistas são direcionadas atualmente pela classe burguesa em detrimento da classe proletária. Na revolução, o sujeito revolucionário é a classe trabalhadora, só a partir do empoderamento da mesma que a classe burguesa pode ser substituída pela classe proletária. Assim sendo, a revolução, que acontece através do aprofundamento da luta de classes, é uma possibilidade de mudar a lógica do sistema capitalista.

Assim, Marx, nos traz um exemplo ideal onde o desfecho da luta de classes é a constituição de um novo Estado somado à abolição da propriedade privada. Nessa mesma obra é trabalhada a noção de Comuna que em Paris destruiu a máquina estatal burguesa, assim como seu exército e sua polícia, criando um Estado assentado em novas bases de poder, a ditadura do proletariado. A Comuna de Paris é um exemplo factual de que a teoria de Marx sobre o desfecho da luta de classes é a revolução proletária.

Lênin em sua obra “Estado e Revolução”, publicada em 1917 nos traz a conceito de ambas as palavras presentes no título e associa um significado a outro. Para o autor, o Estado é entendido como a manifestação material das contradições de classe presentes na sociedade capitalista. Tais contradições são inconciliáveis e por isso, a classe dominante para a manutenção de seu poder tem a necessidade de estruturá-las na forma do Estado. Para Lênin:

O Estado é o produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem

objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classes são inconciliáveis. (LÊNIN, 1917, p. 3)

Assim sendo, o atual Estado burguês representa a dominação e a submissão de uma classe por outra. Vale ressaltar que na estrutura estatal, a classe burguesa goza de instrumentos como o aparato jurídico e normativo, assim como a força policial em defesa de seu poder e ordem presentes no Estado. Tal ordem, por sua vez, “legaliza e consolida essa submissão, amortecendo a coalisão das classes” (LÊNIN, 1917, p. 4).

Sinteticamente, “o Estado é sempre o Estado da classe mais poderosa, da classe economicamente dominante que, também graças a ele, se toma a classe politicamente dominante e adquire, assim, novos meios de oprimir e explorar a classe dominada” (LÊNIN, 1917, p. 5).

De acordo com Lênin, a presente estrutura estatal precisa ser superada em prol da classe oprimida. Tal superação “só é possível por meio de uma revolução violenta e da supressão do aparelho governamental criado pela classe dominante” (LÊNIN, 1917, p. 4). Assim sendo, a superação do Estado burguês só acontecerá por meio de uma revolução e os métodos para a conformação da mesma não serão efetivados de forma pacífica.

A revolução, segundo o pensamento leninista, consiste no desmonte do atual aparelho administrativo Estatal e conseqüentemente, na sua substituição por uma nova estrutura composta pelos poderes da classe trabalhadora (LÊNIN, 1917, p. 67). Para o desenvolvimento do conceito de Revolução, o autor também nos traz como exemplo a Comuna de Paris, no texto *A Guerra Civil na França*.

Partindo de tal exemplo, a definição de revolução não pode ser entendida sem antes definirmos a experiência e o significado da Comuna. Para o autor, a Comuna é “a primeira tentativa da revolução proletária para demolir a máquina de Estado burguesa; é a forma política, “enfim encontrada”, que pode e deve substituir o que foi demolido”. (LÊNIN, 1917, p. 32)

Assim sendo, a Revolução consiste na superação e substituição da estrutura do Estado burguês por uma nova estrutura na qual a atual classe oprimida será a dominante. E o meio para o alcance da mesma está na força violenta da classe proletária. De acordo com Lênin:

Uma revolução é, certamente, a coisa mais autoritária que há, um ato pelo qual uma parte da população impõe a sua vontade à outra, com auxílio dos fuzis, das baionetas e dos canhões, meios por excelência autoritários; e o partido que triunfou tem de manter a sua autoridade pelo temor que as suas armas inspiram aos reacionários. (LÊNIN, 1917, p. 35)

Dessa forma, podemos dizer que o conceito de revolução para Lênin é indissociável à superação do Estado burguês – como o ocorrido na Comuna de Paris – e que para o alcance de tal superação, a tomada do poder pela classe proletária só acontecerá por meio da violência.

Já na obra de Mao Tsé Tung, especificamente no Livro Vermelho escrito em 1964, com o objetivo de conscientizar as massas chinesas no processo revolucionário se define a revolução como “uma insurreição, um ato de violência pela qual uma classe derruba a outra”. (MAO, 1964, p. 6). O autor defende a ideia de que a revolução estaria dentro de uma guerra justa, que seria uma guerra com objetivos progressistas em contraposição às guerras injustas, que são as quais impedem o progresso. A guerra revolucionária além de ser uma guerra justa, teria o objetivo de transformar a propriedade privada em propriedade pública e a técnica da produção artesanal em grande produção mecanizada.

De acordo com Mao, a função da revolução é a conquista do poder por meio de uma luta armada dentro da guerra justa. Segundo o autor, “A tarefa central e a forma suprema da revolução é a conquista do poder político pelas armas, é a solução desse problema pela guerra. Esse princípio revolucionário do marxismo-leninismo é válido universalmente, tanto na China como em todos os outros países.” (MAO, 1964, p. 9)

A guerra justa travada para o alcance da revolução é tida para o autor como uma guerra de massas, que só pode ser realizada através da mobilização e do apoio destas. Nesse sentido, o objetivo não é se aliar às massas, mas fazer parte das mesmas, agindo e atuando de acordo com as aspirações e necessidades populares. Para o autor, são as massas que guiarão o processo revolucionário e é somente por meio da conscientização profunda nas massas populares que a revolução é construída. Para Mao:

Não devemos realizar tal mudança senão quando, em virtude do nosso trabalho, a maioria das massas se tenham tornado consciente dessa necessidade e esteja desejosa de realizá-la. Enquanto as massas não estão conscientes e desejosas, toda a espécie de trabalho que requer a sua participação resulta em mera formalidade e termina num fracasso. (MAO, 1964, p.13)

No que tange a conscientização e participação das massas, o papel do exército é indispensável para cumprir as tarefas políticas da revolução. As funções do exército revolucionário além de combater e destruir o inimigo, são de fazer a propaganda, a organização e o armamento das massas para a instalação do poder político revolucionário, assim como criar organizações do Partido Comunista dentro do território em disputa.

No campo das ciências sociais, notamos também que há muitos escritos sobre o tema da revolução. Por exemplo, a filósofa Hanna Arendt em seu livro “Sobre a Revolução”, nos traz basicamente o debate de que as revoluções modernas são transformações radicais das condições sociais. De acordo com a autora, os momentos de revolução estão relacionados com as noções de início, liberdade e violência.

Em relação à ideia de início, em sua obra a autora nos diz que a noção de revolução é de um início totalmente novo e jamais percorrido. De acordo com a autora “O conceito moderno de revolução está ligado à ideia de que o curso da história de repente se inicia de novo, de que está para se desenrolar uma história totalmente nova, uma história jamais narrada ou conhecida antes” (ARENDR, 1963, p. 56).

Ainda na tentativa de conceitualizar a revolução, somado a compreensão de algo totalmente novo, está a ideia de liberdade e libertação. Para Arendt, “o fundamental para qualquer compreensão das revoluções na era moderna é a convergência entre a ideia de liberdade e a experiência de um novo início”. (ARENDR, 1963, p. 57). Assim sendo, “a revolução, tal como a conhecemos na era moderna, sempre esteve relacionada com a libertação e com a liberdade”. (ARENDR, 1963, p. 61).

Contudo, vale ressaltar que para a construção da revolução a violência se torna algo inevitável. Em grande parte das revoluções ocorridas na história moderna, a violência foi um elemento chave para que as mesmas ocorressem. Para a Arendt:

A revolução vem à tona por meio da violência. Quando a violência é empregada para constituir uma forma de governo totalmente diferente e para gerar a formação de um novo corpo político, quando a libertação da opressão visa pelo menos à constituição da liberdade. (Arendt, 1963, p. 64)

Dessa forma, podemos dizer que para Hannah Arendt, o conceito de revolução perpassa três eixos determinantes: o início, a liberdade e a violência. Tais eixos são complementares e estão intimamente interligados para a conceitualização filosófica e prática da palavra revolução.

O historiador Eric Hobsbawm também trabalha o conceito de revolução. Em seu artigo “A Revolução”, diz que as revoluções “constituem uma série de acontecimentos, associados geralmente com a revolta e são capazes de conseguir a transferência de poder de um antigo regime a um novo regime” (HOBSBAWM, 1990, p. 4). Assim, a revolução significa uma ruptura com o sistema vigente. De acordo com o autor: “Se trata principalmente das revoluções como incidentes na mudança macrohistórica, ou seja, como pontos de ruptura nos

sistemas submetidos a uma tensão crescente e das consequências de tais rupturas. (HOBSBAWN, 1990, p. 52)

Vale ressaltar que o autor parte do pressuposto que vivemos uma crise global e que as revoluções são fruto de uma crise sistêmica, onde o regime atual é substituído em sua totalidade por outro novo. Dessa forma, o estopim revolucionário é uma soma de uma crise interna somada a uma crise externa, compondo assim uma crise sistêmica.

O autor também nos deixa claro que uma das características da revolução é a intensa participação política das massas e essas são mobilizadas durante o desenvolvimento revolucionário. Para Hobsbawm não há revolução sem a participação e interesse de um grande contingente populacional consciente e atuante no conflito. Dessa maneira, devemos ressaltar a relevância da participação popular na revolução, pois na ausência deste a mesma não ocorre.

I. IV. Tática e estratégia de guerra

Segundo as definições anteriores, as revoluções ocorrem através de conflitos violentos e podem desenvolver guerras no decorrer de seu processo. Por este motivo, consideramos importante refletir sobre algumas concepções sobre tática e estratégia da guerra. Em um primeiro momento, analisaremos uma obra de Ernesto Che Guevara, onde se traz a tática de guerra de guerrilhas dentro da guerra revolucionária. Logo em seguida, analisaremos a noção de guerra de posição e movimento em Antônio Gramsci.

O livro Guerra de Guerrilhas, escrito em 1960 pelo revolucionário Ernesto Che Guevara, nos traz de forma metódica e explicativa a tática de guerra utilizada para o triunfo da Revolução Cubana, de 1959. Na obra, Che Guevara defende a guerrilha como um método de luta cujo objetivo é chegar a um fim, que seria a conquista do poder político.

Para o autor, a guerra de guerrilhas é uma luta do povo, das massas e não tem chance de acontecer se desvinculada destes. Dessa forma, o papel da guerrilha está em ser a vanguarda combativa do povo com o objetivo de tomar o poder vigente. De acordo com Che Guevara:

A guerrilha é a vanguarda combativa do povo, situada em um lugar determinado de algum território dado, armada, disposta a desenvolver uma série de ações bélicas tendentes a um único fim estratégico possível: a tomada do poder. (GUEVARA, 1960, p. 2)

Aqui é importante frisar que na sua obra, Ernesto Che Guevara resalta a importância do partido no processo revolucionário. Para o autor, o partido revolucionário também possui o

caráter de vanguarda revolucionária e que o mesmo deve estar à frente da classe obreira na luta pela tomada do poder. A função do partido está em saber guiar e conduzir a classe operária pelos atalhos analisados profunda e exaustivamente pelo partido.

Por meio da experiência da Revolução Cubana, Che Guevara também nos traz três pontos fundamentais observados com o desenvolver da luta revolucionária: 1) as forças populares podem ganhar uma guerra contra o exército, 2) não devemos esperar as condições para a revolução, mas criar condições revolucionárias a partir de focos insurgentes e 3) a função da guerrilha é ser a vanguarda do povo e por isso, o poder revolucionário deve ser baseado no apoio total das massas.

O funcionamento das guerrilhas se dá através da formação de bases de apoio para o fortalecimento do exército guerrilheiro. Os focos guerrilheiros são distribuídos por várias regiões do território e seguem as instruções de um mando central, responsável por dirigir todas as bases de apoio. Aqui, vale ressaltar que:

Dentro de determinadas condições de liberdade de ação, as guerrilhas devem cumprir todas as ordens estratégicas do mando central, instalado em alguma das zonas, sendo a mais segura, a mais forte e preparando as condições para a união das forças no momento certo. (GUEVARA, 1960, p.16)

De acordo com o autor, para que se acelere o processo revolucionário, se há a necessidade de desenvolver as condições subjetivas e as condições objetivas de cada país. As condições objetivas seriam os fatores ligados à organização e direção. Quando as condições objetivas amadurecem e se adquire consciência, a organização acontece. A partir da organização, a direção é estabelecida e assim, um processo revolucionário se inicia. Nesse sentido, as condições objetivas são responsáveis por impulsionar as massas, por meio da conscientização, ao rompimento das estruturas de exploração hegemônicas na sociedade.

Já as condições subjetivas dizem respeito à conscientização do povo. São orientadas pelo grau de consciência da população e construídas durante o processo revolucionário (SILVA, HILLSHEIN, 2009, p. 3). As condições subjetivas e as condições objetivas estão nas bases materiais para a consciência das massas. De acordo com o autor, a revolução na América hoje é algo inevitável, pois presenciamos profundas condições de exploração, uma crise mundial do imperialismo e um movimento universal de luta dos povos subjugados. Assim sendo, a guerra é uma possibilidade inevitável e dentro da mesma, a violência pode ser usada pelos povos explorados com o objetivo de reverter a realidade de exploração. A guerrilha é construída com o objetivo de destruição do exército opressor pelo exército popular. Os

núcleos guerrilheiros uma vez assentados em territórios favoráveis, garantem a permanência do mando revolucionário.

Para Che Guevara, chegaremos a um momento que por necessidades históricas, econômicas e políticas, a luta revolucionária terá um caráter continental. Para o autor, chegaremos a uma situação onde esse o processo de revolução será inevitável, este terá como expressão típica polarização política entre as forças revolucionárias e contrarrevolucionárias.

Em Gramsci, como estratégia de disputa pela hegemonia do Estado temos os conceitos de *guerra de movimentos* e de *guerra de posição*. Contudo para entender tais conceitos, é necessária a compreensão acerca do que o autor define como *Estado*, *Hegemonia*, *Sociedade civil* e *Sociedade política*. É importante ressaltar que Gramsci analisa a sociedade ocidental, uma noção de sociedade formada pela junção dos dois conceitos de sociedade civil e política.

Para o autor, “o Estado é o complexo das atividades práticas e teóricas com o qual a classe dominante não somente justifica e mantém a dominação como procura conquistar o consentimento ativo daqueles sobre os quais ela governa” (GRAMSCI, 1971, p. 244). Assim sendo, o Estado é a estrutura pela qual a classe dominante exerce seu poder de exploração sobre a classe trabalhadora. A classe dominante utiliza a hegemonia para legitimar sua posição de privilégio e o faz com base burocrática e moral.

A hegemonia seria mais uma forma que a classe dominante exerce seu poder sobre as classes exploradas. Faz o uso do poder por meio de um consenso entre as classes que legitime a base ideológica e coerção do Estado burguês. Aqui vale ressaltar que a base ideológica acerca da sociedade é formulada em função da estrutura capitalista vigente. Em outras palavras, a lógica hegemônica é responsável por persuadir a classe explorada a aceitar um conjunto de normas e valores sociais, culturais e morais historicamente impostos pela classe burguesa. Por este motivo, é necessário que se construa uma contra-hegemonia que faça com que o poder deixe de estar concentrado em uma pequena parcela da sociedade.

A luta contra-hegemônica ocorre na tentativa de superação da lógica hegemônica, base ideológica da sociedade capitalista e responsável pela manutenção de uma exploração histórica de uma classe sobre outra. Com a contra-hegemonia se há uma possibilidade de transformar nossos modelos sociais, com homens e mulheres conscientes de sua realidade e dispostos a transformá-la.

Ao analisarmos as estruturas do Estado vigente, se nota claramente que há um conjunto social, ético, moral, intelectual e político que legitima a dominação da classe dominante sobre a classe explorada. De acordo com o autor:

A supremacia de um grupo social se manifesta de dois modos, como domínio e como direção intelectual e moral. Um grupo social é dominante dos grupos adversários que tende a liquidar ou a submeter também mediante a força armada; e é dirigente dos grupos afins ou aliados. (GRAMSCI, 1971, p. 62).

Então, a hegemonia é a direção política, ideológica, moral e cultural de um grupo sobre outro, materializando os interesses da classe dominante, usando de seus valores como se fossem universais. A hegemonia é responsável por construir consentimentos em torno dos objetivos da classe dominante e por isso desempenha um papel chave no desenvolvimento do sistema capitalista.

Combater a hegemonia burguesa significa construir o que o autor chama de contra-hegemonia. No caso, o poder contra-hegemônico luta por um novo modelo de sociedade, que supere as bases hegemônicas das classes que dominam o Estado atualmente. Como estratégia de disputa pela hegemonia do Estado, temos em Gramsci o conceito de guerra de movimentos e de guerra de posição. Ambas guerras se travam na sociedade civil, na parte da supraestrutura da sociedade capitalista para Marx. Na sociedade civil, temos o lugar onde se trava a disputa pela hegemonia e pela conquista do poder político por parte das classes exploradas.

Diferentemente da sociedade civil, a sociedade política corresponde a esfera da sociedade que detém o monopólio legítimo da violência e a repressão do Estado, é caracterizada pelo exercício de domínio social, construído sobre os aparelhos estatais.

Uma das formas de luta contra hegemônica pode ser feita por meio da guerra de posições ou da guerra movimentos no seio da sociedade civil. As classes atualmente exploradas pela hegemonia do Estado capitalista, podem se emancipar através de tais estratégias presentes no pensamento gramsciano.

A guerra de posição é a uma conquista progressiva de espaços na sociedade pela sociedade civil, visando à conquista de posições (SEMERARO, 1999) Já a guerra de movimentos ou guerra de manobra se refere ao movimento revolucionário desencadeado pela sociedade civil.

Com o objetivo de superar a lógica de dominação, a estratégia da guerra de movimento está em disputar com a classe dominante o consenso que dá base à exploração vigente, por meio de uma disputa ideológica. É o momento em que a hegemonia e a contra-hegemonia entram em conflito. Na prática, o momento inclui desde as trincheiras até o sistema organizativo e industrial.

É importante salientar que para Gramsci, a disputa hegemônica não está em usar a guerra no sentido literal da palavra, mas na disputa ideológica pelo consenso acerca do nosso

modelo de sociedade. Trata-se da consciência de uma classe historicamente subjugada e do empoderamento da mesma sobre as estruturas do Estado. A guerra de movimento ou de posições se mostra como uma estratégia de emancipação de um grupo social sobre outro.

I.V. Socialismo

Notamos que a ideia de revolução em todos os atores acima citados estão relacionados com a superação do estado capitalista. O pensamento clássico acerca da sociedade pós-capitalista se fundamenta na construção de uma sociedade onde os meios de produção sejam socializados, fato que acabaria com a desigualdade e exploração presentes nas sociedades capitalistas.

Em Lênin, Mao e Che Guevara, além de termos pensamentos focados em estratégias e métodos para chegarem ao objetivo da superação do estado capitalista, observamos que além de teóricos, estes foram sujeitos políticos, que atuaram e participaram dos processos revolucionários na Rússia, China e Cuba. Os autores nos deixam em seus escritos estratégias de luta para a superação de estruturas capitalistas com o objetivo de serem substituídas por sociedades socialistas. Aqui, o processo revolucionário é travado por meio de confronto e da luta política, são processos conflituosos e de ruptura com sociedade vigente.

Já em Gramsci, também notamos que seu pensamento é focado na construção de uma sociedade onde o sistema seja o socialismo. Contudo, a partir dos conceitos de hegemonia, guerra de posições e guerra de movimentos, observamos que a disputa para a superação da sociedade capitalista pode também ser travada na superestrutura da sociedade, sendo uma disputa pelo poder hegemônico, responsável por dominar o Estado na sua estrutura capitalista.

O socialismo clássico, dentro da teoria política, é o fim da propriedade privada sobre os meios de produção e conseqüentemente, a sua distribuição igualitária entre as classes sociais. Em uma sociedade socialista, se há uma nova lógica econômica, onde o Estado passa por um processo de panificação de sua economia, impedindo a formação de monopólios comerciais e mercantis.

II – CONTEXTO HISTÓRICO

No presente capítulo abordaremos os antecedentes históricos da Revolução Bolivariana, iniciada em 1999. Para isso, partiremos de 1830, período que marca o início do modelo de Estado caracterizado pela IV República; após a explicação de tal estrutura, seguiremos analisando o período histórico que se inicia na década de 1920, quando a Venezuela descobre suas reservas de petróleo.

Ainda no desenvolvimento do trabalho, analisaremos o Pacto de Punto Fijo, um acordo entre as elites venezuelanas para a manutenção do poder sobre o petróleo. Em decorrência deste somado às medidas neoliberais implementadas em 1970, ocorreu o Caracazo, foco da segunda parte do capítulo.

O período que se entende como IV República na história venezuelana se estende desde 1830, com a separação da Venezuela da Gran Colombia até 1999, momento em que se aprova a Constituição da República Bolivariana da Venezuela no governo de Chávez. Tal Constituição é escrita em oposição a Constituição da Venezuela aprovada em 1961. Além da falta de participação popular, as características da IV República eram fundamentadas na noção de democracia representativa, modelo que limitava a atuação política do povo venezuelano.

A partir de 1920, com a descoberta das reservas de petróleo em seu território a economia da Venezuela ganhou um caráter petroleiro rentista. Tal modelo potencializou o caráter de dependência da economia venezuelana, onde se materializa um cenário de subdesenvolvimento com abundância de divisas. De acordo com Celso Furtado (1957), esse fenômeno é característico da economia venezuelana desde a década de 20, quando se iniciou a entrada de muitos dólares no país advindos da compra do petróleo. Desde então, a economia da Venezuela é estruturada em um modelo dependente da renda gerada pela exportação do hidrocarboneto, onde notamos poucos ou nulos investimentos em agricultura e indústria. Para o autor, a Venezuela seria capaz de superar o subdesenvolvimento se conseguisse igualar os investimentos da indústria petroleira, em tecnologias referentes à agricultura e soberania alimentar, somada ao fomento de indústria no país.

Vale ressaltar que como consequência da abundância de divisas, observa-se também que a doença holandesa é um problema característico da economia do país, quando se há mais exportação de recursos naturais do que setores manufatureiros em atividade e produção.

Com elevada entrada dos petrodólares na economia, a acumulação de capital na Venezuela permaneceu concentrada nas mãos da elite venezuelana. No período decorrente, o país contava com a maior renda *per capita* da América Latina, contudo, as riquezas produzidas

pelo petróleo estavam concentradas nas mãos de uma pequena parcela da elite e o suposto crescimento do país não alcançava a grande maioria da população da Venezuela.

O modelo político e econômico da IV República é reforçado com o *Pacto de Punto Fijo*, que por sua vez era respaldado por um falso discurso democrático, pensado desde os Estados Unidos no ano de 1957, colocado em prática por meio de uma alternância do poder político da Venezuela entre as oligarquias e burguesias nacionais.

Especificamente, o *Pacto de Punto Fijo* consolida a alternância de poder entre os partidos políticos Ação Democrática (AD), a União da República Democrática (URD) e o Partido Social Cristão (Copei). De acordo com Moura, o *Pacto de Punto Fijo* era:

Uma aliança de diversas frações da burguesia para garantir a estabilidade econômica e política do capitalismo na Venezuela. Desta forma o pacto não garantia exatamente as liberdades democráticas, e sim a alternância no poder entre os principais partidos da burguesia. (MOURA, 2013)

A alternância de poder, somados a repressão política aos movimentos sociais, foi a lógica operante no período. O Pacto foi fruto de um acordo que aconteceu entre as oligarquias venezuelanas e elites estadunidenses. O poder sobre o Estado venezuelano foi alternado entre AD, a URD e o Partido Social Cristão durante quarenta anos. O *Pacto de Punto Fijo*, além de fortalecer o caráter da economia rentista petroleira e a sua má distribuição aos setores populares do país, reforçava o esgotamento um modelo político da IV República.

Na década de 70, a indústria petroleira venezuelana era controlada pelas empresas estrangeiras e durante esse período acontece o *boom petroleiro* na Venezuela, conhecido como a idade de ouro do puntofijismo. O boom petroleiro ocorre em função de uma crise energética mundial causada pelo aumento do preço do petróleo. Ademais, a um nível político, a OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) se recusava a vender barris aos países que apoiavam Israel no momento, caso dos Estados Unidos e alguns países da Europa. Aliada ao imperialismo norte-americano, a Venezuela apesar de fazer parte da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo), não suspendeu suas exportações ao país. Dessa forma, percebemos que no momento em que havia uma crise a nível mundial, ocorria um dos melhores tempos para a economia venezuelana com as altas cifras de venda de petróleo.

É importante frisar também que nessa década a Venezuela passava por um contexto de esgotamento do modelo de substituição de importações, processo caracterizado pelo aumento da produção de petróleo e de sua exportação paralelo à diminuição de importações.

Na década de 80, a Venezuela passou por uma profunda crise econômica e por esse motivo foi palco de uma onda de rebeliões espalhadas por todo país. Em 1983, o preço do

petróleo diminuiu drasticamente pela racionalização do seu consumo a nível mundial, pelo aumento de produção da OPEP e pelos acordos que os conflitos no Oriente Médio geraram (VILALLASENIN, 2017, p. 46).

Os problemas presentes durante as décadas anteriores na economia venezuelana foram aprofundados, fato que abriu precedentes para que na esfera sociopolítica se questionasse o sistema político vigente. Durante o governo de Luis Herrera Campins foram assinados acordos com o Fundo Monetário Internacional, fato que liberalizou a cartilha neoliberal para a economia do país, aprofundando seus problemas históricos e estruturais. Com tais medidas, a renda proveniente do petróleo se distanciou ainda mais das mãos do povo venezuelano, o que aumentou as desigualdades sociais já existentes e estimulou a fuga de capitais as economias estrangeiras. O período pode ser caracterizado por um aprofundamento das problemáticas mal resolvidas nas décadas passadas.

Durante a década de 80, a Venezuela foi palco de várias rebeliões que se desdobram em todo o país. O episódio que mais marcou tal onda de rebeliões é o Caracazo, uma revolta popular de grande proporção ocorrida nas ruas da capital Caracas no dia 27 de fevereiro de 1989. Nesse dia, milhares de civis foram massacrados pelas forças armadas do governo de Pérez. O Caracazo surge como um efeito colateral das medidas econômicas impostas pelo governo de Carlos Andrés Pérez (1989-1993) e a incompatibilidade das políticas de sua administração com as demandas do povo venezuelano, tendo como estopim o aumento da tarifa do transporte público. O Caracazo foi uma das mais profundas rebeliões ocorridas na Venezuela, de caráter popular e abertamente contra o neoliberalismo.

Na década de 90, influenciadas pelo Caracazo, as rebeliões populares espalhadas pela Venezuela não cessaram. De acordo com Maringoni (2004, p. 139), entre os anos de 1991 e começo de 1992 ocorrem 925 protestos na rua, fato que claramente representa uma insatisfação popular acerca do modelo político orquestrado pelas oligarquias iniciado com *Pacto de Punto Fijo* e aprofundado nas décadas seguintes com as medidas neoliberais pensadas desde o FMI e do Banco Mundial.

Frente a essa crise e instabilidade socioeconômica que passava a Venezuela em 1992, o Movimiento Bolivariano Revolucionario 200 (MBR 200), por meio de um levante militar, tenta assaltar o poder do Estado venezuelano, ocupando o quartel 4 de fevereiro. A partir de uma interpretação de insatisfação das massas populares, o MBR 200 articula uma rebelião militar. De acordo com Chávez: “esa rebelión popular (Caracazo) dispara el 4 de febrero de

1992, una rebelión militar en la que yo participé con centenares de jóvenes militares y miles de soldados que no son otra cosa que el pueblo uniformado” (CHÁVEZ, 2006)

Em outras palavras, o MBR 200 foi um movimento que materializou a insatisfação popular como consequência das medidas neoliberais implementadas pelo governo de Carlos Andrés Pérez. Em 1992, Hugo Chávez e o MBR 200 tentam dar um golpe de Estado com o objetivo de retirar Pérez do poder. Em uma sequência histórica, o levante militar liderado por Chávez de certa forma, dá continuidade as insatisfações populares manifestadas no Caracazo. Assim, entendemos que o processo revolucionário que se desenrola hoje na Venezuela teve seu início com essa rebelião, a partir de uma interpretação do MBR e com sua rebelião militar em 1992.

A estratégia do grupo era incitar um golpe militar com o objetivo de retirar Pérez do governo e fariam isso através do domínio de instalações militares e de comunicação de Caracas, como o Palácio de Miraflores, o Ministério de Defesa, o aeroporto militar de La Carlota e o Museu Militar. O plano era de deter Pérez, que no momento chegava de uma viagem ao exterior, antes que ele chegasse ao Palácio de Miraflores.

Apesar de bem planejado, o levante militar conduzido pelo MBR sob a liderança de Hugo Chávez não atinge os objetivos traçados. As forças militares do levante não conseguem tomar a capital, Pérez consegue escapar da tentativa de captura, 14 soldados são mortos, 50 soldados e 80 civis são feridos, e Hugo Chávez é preso pelas forças policiais da época. Contudo, Chávez consegue aparecer em rede nacional, onde fala com os rebeldes e com grande parte da população bolivariana pedindo o fim de rebelião. Hugo Chávez começa a partir desse momento, se moldar como um sujeito popular e revolucionário, respondendo e se arriscando pelos anseios populares. Em seu discurso histórico que passou na TV venezuelana, logo após o levante militar, Chávez diz:

Antes de mais nada, quero dar bom dia a todo o povo da Venezuela. Esta mensagem bolivariana é dirigida aos valentes soldados que se encontraram no regimento de paraquedistas de Aragua e na Brigada Blindada de Valência. Companheiros: lamentavelmente, por enquanto, os objetivos que nos colocamos não foram atingidos na capital. Quer dizer, nós, aqui em Caracas, não conseguimos controlar o poder. Vocês agiram muito bem, porém, já é hora de refletir. Virão novas situações e o país tem de tomar um rumo definitivo a um destino melhor. Ouçam minha palavra. O comandante Chávez lhes lança esta oportunidade para que, por favor, reflitam e deponham as armas, porque, em verdade, os objetivos que traçamos em nível nacional são impossíveis de ser alcançados. Companheiros, ouçam esta mensagem solidária. Agradeço sua lealdade, agradeço sua valentia, seu desprendimento e eu, diante do país e de vocês, assumo a responsabilidade deste movimento militar bolivariano. Muito obrigado. (CHÁVEZ, 1992)

É por meio da tentativa de assalto ao poder estatal, que o movimento bolivariano cresce e aumenta sua base a apoio popular. Depois do acontecimento de 4 fevereiro de 1992, a figura de Chávez começa a ser trabalhada como uma liderança que unifica a insatisfação do povo venezuelano contra a o modelo político liderado pelas oligarquias iniciado com o *Pacto de Punto Fijo*, somado ao pacote neoliberal aprofundado na década de 80.

Hugo Chávez é condenado a uma pena de dois anos e, em 1994, é liberto. Vale ressaltar que após o período em que ficou em cárcere, se nota uma mudança na estratégia do movimento bolivariano. Antes da prisão, as estratégias eram assaltar o poder de forma violenta e substituir a presidência do país por meio de um levante militar, já após a prisão Chávez, ele e o movimento bolivariano optam pelas vias democráticas e pelas eleições diretas.

Assim, no ano de 1998, depois de percorrer a Venezuela em busca do apoio e legitimação popular, Chávez concorreu à presidência e através de eleições, ganhou nas urnas com mais de 60% dos votos. Entre as suas propostas estava a formação de uma Assembleia Constituinte, o que foi cumprido em 1999. A partir da Assembleia, a Constituição da República Bolivariana da Venezuela foi aprovada e se fundou o período V República na Venezuela. A V República nasceu com o princípio norteador de maior participação popular, ressignificando o conceito de democracia burguesa, fomentando a participação popular a partir de um modelo participativo e protagônico.

Entendemos que é a partir desse momento que se inicia a Revolução Bolivariana na Venezuela. Esta é caracterizado pela ascensão de Hugo Chávez a presidência da república, somada a uma nova Constituição que fundou um novo modelo de República. O ano de 1999 representa um ano de ruptura com antigas e esgotadas estruturas sociais da IV República.

A revolução se inicia em 1999 porque há uma transferência de poder de um velho regime para um novo regime, onde há uma mudança histórica com pontos de ruptura com as superadas estruturas do regime passado. Assim, na Venezuela, além da ruptura iniciada com a V República, se há a tentativa de reestruturar o Estado por meio da Constituição da República Bolivariana, modificando a estrutura do Estado para orientar-se aos interesses da classe trabalhadora. (LÊNIN, 1917)

A partir de 1999, se há uma democratização da renda petroleira. Nesse momento, percebemos maiores investimentos na esfera social do Estado, um exemplo dos investimentos são as missões distribuídas em todo o território do país, com o projeto de melhorar as condições de saúde, educação e moradia dos venezuelanos até então excluídos pelo IV República.

Os governos de Hugo Chávez foram responsáveis pela estatização de mais de 50 empresas ligadas à produção de petróleo e utilizou a renda do petróleo para investir em programas sociais. No período que antecede seus governos, a Venezuela era um país com altos de desigualdade e pobreza. Contudo, a partir da renda petroleira tais índices começam a diminuir. A partir de 1999, os índices indicam que a pobreza e a pobreza extrema na Venezuela diminuíram de maneira significativa. Dessa forma, consideramos que a partir de 1999, a qualidade de vida de grande parte da população pobre aumentou e o acesso a serviços públicos também cresceu.

As missões sociais foram instrumentos para essa mudar a realidade que antecede a revolução. Como projetos que lutavam contra a pobreza na Venezuela, as missões são projetos que levam educação, alfabetização, crédito para a aquisição de casas, consultas médicas gratuitas e programas culturais à população que antes da nova Constituição estava excluída desses processos. De acordo com Chávez:

El modelo de la sociedad original de la Venezuela del siglo XXI está concebido con el criterio de un sistema de gobierno que abra con amplitud ilimitada los espacios necesarios donde los pueblos, la masa popular, se desplieguen creativa y eficazmente, y obtengan el control del poder para tomar las decisiones que afectan su vida diaria y su destino histórico. (CHÁVEZ, 2012)

Além dos avanços sociais, com a Constituição de 1999 se implementa na Venezuela a democracia participativa e protagônica. Esta, por sua vez, contesta o modelo de democracia representativa implementado em grande parte dos Estados reconhecidos como democráticos que se caracteriza por reduzir a participação política da sociedade civil ao voto que ocorre de tempos em tempos. Neste modelo de democracia, as eleições e o voto são a instância máxima de participação política da sociedade civil. Ademais, em um modelo de democracia representativa, a propaganda e os meios de comunicação desempenham um papel fundamental nas eleições, fato que torna o partido com maiores condições de campanha em posição vantajosa frente aos demais. Na democracia representativa, quando não estamos em período de eleições, o estímulo a sociedade civil acerca de sua participação ativa na política da sociedade e nos processos decisórios é pouco, ou quase nulo.

Em contraposição à essa lógica política, o Estado Bolivariano funda a democracia participativa e protagônica. O voto e as eleições são mantidos, contudo, as atividades políticas do povo são constantes e ocorrem por meio dos conselhos comunais, tema que trabalharemos na terceira parte do trabalho. Consideramos que a democracia participativa e protagônica pode ser compreendida como o desenvolvimento de uma política uma contra-hegemonia, uma vez

que contradiz as estruturas do antigo Estado. Desse modo, uma guerra de posições se desenvolve na Venezuela, expressada a partir da disputa gradual sobre a hegemonia do Estado.

O surgimento de uma força contra-hegemonica ocorre porque os governos de Hugo Chávez retiraram em parte a velha elite que mantinha o poder político do país. Além de interromper os planos de dominação das elites locais, Chávez também interrompe os projetos de lucro que as elites estrangeiras mantinham sobre o petróleo encontrado em território venezuelano. Tanto a classe hegemônica local, quanto a classe hegemônica internacional foram contestadas. Esses motivos somados ao empoderamento e conscientização do povo acerca de seus direitos e deveres respaldados pela nova Constituição interpretamos como as possíveis causas da tentativa de golpe ao governo bolivariano no ano de 2002.

É importante frisar que nesse momento a polarização política estava muito acentuada ao ponto de haver um golpe de Estado com objetivos de retirar um presidente democraticamente eleito pela maioria da população. Tal polarização política é um exemplo factual de como a atual sociedade que vivemos é regida pela constante disputa e luta de classes.

Então, no dia 11 de abril decorre um golpe ao Estado Bolivariano e ao governo de Hugo Chávez. O golpe foi planejado pelas oligarquia da Venezuela em conjunto com as elites norte-americanas que almejavam o retorno ao acesso irrestrito das rendas do petróleo da Venezuela. Chávez mudou a política do petróleo em seu governo, assumindo uma postura política de defesa da soberania do país e sofreu uma tentativa de golpe por diminuir os privilégios dessa oligarquia que se via beneficiada pelas estruturas da V República. O golpe durou somente 48 horas.

Durante essas horas, em Caracas a sociedade civil ocupou o Palácio de Miraflores, prédio da sede do governo. A mobilização popular foi tamanha que os planos de Golpe de Estado, com o objetivo de tirar um presidente democraticamente eleito pela maioria da população foi frustrado. Para depor o presidente Chávez, as elites contaram com a apoio da Fedecâmaras¹ (Federação Venezuelana de Câmaras de Comercio) e com os meios de comunicação privatizados. Durante a tentativa de golpe, um grupo de militares deteu o presidente Chávez, a Constituição foi anulada e a Assembleia e o Supremo Tribunal foram fechados. Durante 48 horas o ex presidente da Fedecâmaras, Pedro Carmona foi

1 Fedecâmaras: Federação de Câmaras e Associações de Comércio e Produção da Venezuela (1944). Organização que reúne parte importante dos empresários e comerciantes da Venezuela. É composta por setores econômicos ligados ao setor financeiro e imobiliário, de comércio, seguros, infraestrutura, serviços de construção, de turismo, transporte, industrial, agrícola, energético e com empresas ligadas a comunicação e mídias. Foram responsáveis por impulsionar a tentativa de Golpe de Estado contra Chávez em 2002.

ilegitimamente considerado como presidente da Venezuela. Não por acaso, os Estados Unidos foi um dos primeiros países a reconhecê-lo como presidente de fato.

Em 2002 ocorre a primeira tentativa de golpe ao governo chavista, a partir desse momento nota-se uma maior polarização política no cenário interno do país. Nota-se também uma radicalização do governo chavista após o golpe. Tanto é que dois anos depois acontece um referendo para a permanência ou não do governo de Hugo Chávez. A polarização chega a um nível que o governo reconhece a necessidade de reafirmar a sua legitimidade. O referendo definia a permanência ou não de Chávez como presidente. O governo, anteriormente eleito, ganha novamente e as urnas confirmam sua legitimidade popular.

Nos anos que sucederam o golpe percebemos uma radicalização nos discursos de Chávez contra as ameaças neoliberais e imperialistas que ainda ameaçam a Venezuela e os demais países da América Latina. A radicalização se dá por meio da potencialização das missões sociais e dos conselhos comunais, da aliança cívico-militar e proposta de Socialismo do Século XXI. Nesse sentido, a Revolução Bolivariana e seus resultados materializados na prática e no cotidiano da população fazem da Venezuela um importante ator internacional tanto regional como globalmente.

Os antecedentes da Revolução Bolivariana podem ser demarcados pelo Caracazo e pela formação do MBR-200, em 1983. Este, apesar de ser um pequeno grupo composto por militares progressistas, após a tentativa frustrada de tomar o controle do Estado venezuelano por meio de um levante militar, ganham apoio popular nos anos que se sucedem. Em um primeiro momento, o apoio se inicia porque Chávez, antes de ser preso, teve a oportunidade de falar em rede nacional e sua fala foi estrategicamente direcionada à insatisfação de grande parte da população no momento.

Para compreender a Revolução Bolivariana é necessário entender que revolução é o rompimento da estrutura política e econômica da sociedade vigente e com tal rompimento se busca criar um novo sistema onde as classes que hoje são exploradas estarão em uma posição de poder frente as outras. Tal rompimento acontece pela motivação política e pela participação das massas populares. No caso da Venezuela, o MBR-200, anos após sua fundação, se transforma em um movimento de massa, deixando de ser um movimento unicamente com aspirações militares, se tornando mais diverso e abarcando as demandas e as lutas que condiziam com os interesses populares.

A revolução, além de melhorar a qualidade de vida de parte significativa da população, é um constante processo de conscientização política. Se inicia com a organização

do MBR 200 até chegar as massas populares. Estas se conscientizam por fazerem parte do quarto poder presente na Venezuela, o Poder Popular e por serem sujeitos políticos ativos na política interna do país. Vale ressaltar que a conscientização acontece também por não haver monopólio nos meios de comunicação, o que mantém a população bem informada acerca das problemáticas de seu próprio cotidiano.

III - A REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

No capítulo que segue, explicaremos o processo revolucionário venezuelano e os motivos pelos quais acontece a Revolução Bolivariana. Para tal, aprofundaremos a análise da V República. No desenvolvimento do capítulo também serão usadas entrevistas feitas em Caracas para uma melhor compreensão do processo. De início, para entendermos a V República, começaremos com as primeiras eleições de Hugo Chávez à presidência.

Hugo Chávez inicia sua trajetória política como liderança do MBR 200 tentando assaltar o poder por meio de um Golpe de Estado em 1992, contudo após a tentativa frustrada, a estratégia do grupo passa a ser alcançar o poder por vias pacíficas e democráticas. Assim, em 1998 Chávez se candidata a presidência da república pelo Pólo Patriótico. O Pólo Patriótico (1997) é um grupo político, constituído por vários partidos com o objetivo de se construir a unidade política na esfera da esquerda, sob um contexto de crise e polarização política.

Nesse momento a luta de classes dentro da sociedade venezuelana se aprofundava, fato demonstrado pela intensificação da polarização política. Isso ocorreu pelo motivo de haver uma grande insatisfação popular, fruto da insuficiência do modelo do Estado oligarca e da democracia representativa. Nos anos que antecedem a candidatura de Chávez, os índices de pobreza e de pobreza extrema eram altos, assim como o suprimento de necessidades alimentares e básicas de parte da população. De acordo com Lander e López Maya:

Para junio de 1997, del total de 4.740.250 hogares, 2.122.016 se encontraban en situación de pobreza; de ellos, 895.542 en situación de pobreza extrema (Revista Sic, 1997). O sea, el 44,76% de los hogares venezolanos no cuenta con ingresos para satisfacer sus necesidades básicas, y el 18,89% no llega a cubrir sus necesidades alimentarias. (Lander e Maya. P. 07, 1999)

Com o governo de Chávez, a qualidade de vida da população melhorou. A partir de 1999 os índices de pobreza e de fome diminuíram. Notamos também maior acesso a moradia, a educação e a saúde. As Missões sociais impulsionadas pelo governo bolivariano foram as responsáveis por garantir o acesso para partes da população que antes estavam excluídas. São projetos sociais que atuam de acordo com as demandas das comunidades referentes à moradia, educação, saúde e trabalho. De acordo com a líder do conselho comunal do bairro La Pastora, Délia Maria:

La calidad de vida del pueblo aumento después de Chávez porque existe las grandes misiones que fueron iconos de los gobiernos del presidente Chávez y bajo esas grandes misiones, como son la Misión Viviendas, Barrio Adentro, el Saber y Trabajo y la Misión Tricolor. El pueblo que antes se sentía excluido en la IV República, ahora se ve reflejado en la inclusión y en el bien estar social. (MARIA, D. Caracas, 2018)

Muitas foram as missões desenvolvidas durante os governos bolivarianos, contudo para podermos interpretar de forma clara a fala de Maria Délia, assim, precisamos saber que as missões são projetos sociais que acontecem de acordo com as demandas das comunidades na Venezuela. Por meio das missões, o cidadão venezuelano teve mais oportunidade e acesso ao Estado e seus programas sociais. No próximo capítulo, as analisaremos de forma mais detalhada e aprofundada. Analisaremos de forma mais detalhadas as missões sociais no próximo capítulo.

Ainda sobre as mudanças ocorridas na Venezuela após o governo Chávez, de acordo com Renato Castanha, militante da Consulta Popular e correspondente do Grupo expresso em Caracas. Contribuinte do Brasil de Fato e do portal Opera Mundi:

A qualidade de vida do povo venezuelano aumentou em vários sentidos. A Venezuela passou a ser um país de referência em alfabetização, em educação; Eliminou o índice de analfabetismo no país. Com relação à moradia, foram criadas quase três milhões de moradias durante os 19 anos de Revolução Bolivariana. Três milhões de moradias representa uma política pública destinada a quase 10% da população que tem um total de 30 milhões de pessoas. As grandes missões também potencializaram e propiciaram uma melhora significativa na vida das classes mais baixas da Venezuela. O chavismo tem uma legitimidade com a população venezuelana que é fruto e consequência disso: o fato de que para além do governo ter estruturado as leis progressistas do país através da constituinte, para além de o governo ter propiciado uma nova forma de democracia e de participação, houve também benefícios sociais que foram capazes de aumentar a qualidade de vida do povo venezuelano. (CASTANHA, R. Caracas, 2018)

Como já foi dito, uma das mudanças mais significativas e de maior impacto do governo de Chávez, foi aprovação da Constituição Bolivariana da Venezuela mediante uma Assembleia Constituinte em 1999. A substituição da Constituição da IV República ocorre pois além de haver uma expressiva insatisfação popular, havia uma crise política, econômica e social ocorrendo na década de 90. A Constituinte surge como uma resposta à crise, na tentativa de solucioná-la. A Constituinte e o processo revolucionário que acontece depois dela são uma resposta ao esgotamento do modelo político de um Estado burguês, assim como era o Estado sob a lógica de *Punto Fijo* e de um modelo de democracia representativa também esgotado e excludente em sua prática.

Entretanto, vale ressaltar que apesar de haver a reformulação das leis que regem o Estado e uma abertura a participação popular na V República, ainda não houve a substituição do Estado burguês por um Estado liderado pela classe trabalhadora, proposto por Lênin. Entendemos que a revolução na Venezuela é um processo em disputa que ainda não chegou

no seu final e tampouco na supressão das estruturas de um estado capitalista. Historicamente, as revoluções que triunfaram precisaram passar primeiro por um longo processo de disputa.

Antes da revolução, o modelo de democracia venezuelano, era de democracia representativa – onde o povo, elege um candidato que melhor lhe representa com uma certa periodicidade por meio do voto. Atualmente, a democracia representativa apresenta uma série de insuficiências que impedem que a cidadania seja exercida de fato. O Estado, apesar de considerado como democrático, é controlado pela oligarquia nacional através de uma estrutura política que impede que as grandes massas participem dos processos decisórios. Nesse caso, as massas fazem parte de um grupo social que é manipulável por uma elite política. A manipulação ocorre porque a elite dominante detém o controle sobre os meios de comunicação, das mídias e das leis e normas que estruturam o Estado.

Na democracia representativa, a publicidade e a propaganda são ferramentas indispensáveis para se conquistar votos e ganhar eleições. O problema está em que candidato ou qual partido possui mais recursos para fazer uma campanha que alcance todos os votos necessários. Há também o fato de haver dentro das democracias representativas monopólios dos meios de comunicação, fato que impossibilita o acesso por parte da maioria da população às informações que não estejam previamente direcionadas por processos políticos em disputa.

Deve-se tocar também no que tange as estruturas burocráticas do próprio Estado que impedem que a participação popular seja efetiva. Todo o aparato jurídico burocrático que dá estrutura ao Estado serve aos interesses de uma minoria oligárquica. A burocracia é hierárquica e distribui funções na sociedade de acordo com essa lógica, produzindo normas e regulamentos, se mostra como um obstáculo a participação popular na sociedade. Assim sendo, se há um domínio das elites sobre a burocracia que dá funcionamento ao Estado, responsável por definir em partes as relações sociais. Dessa forma, observamos que a crescente burocratização do Estado é uma forma pela qual a classe dominante exerce seu poder sobre as classes dominadas, alheias aos processos que criam a jurisdição do Estado.

Na democracia representativa, o voto da massa popular é quem decide, em última instância, o poder executivo e por esse motivo, é alvo de diversos interesses que sondam os jogos políticos e as organizações partidárias. O cidadão em uma democracia ideal, deveria compor um grupo com maior poder e capacidade de decisão e organização social, pois, uma vez organizado e consciente, o povo é capaz de decidir a curto e longo prazo os caminhos da política na sociedade. Contudo, o que vemos na prática da democracia representativa é uma manipulação da decisão (voto) do cidadão, que ocorre pelos meios de comunicação e pelos

instrumentos de propaganda. Esses instrumentos são dominados por uma minoria política e por esses meios exercem seu poder sobre a maioria.

Com a Revolução Bolivariana, o modelo de democracia venezuelano passa a ser de democracia participativa e protagônica – nesse caso, o povo conscientizado participa muito mais ativamente da política, planificando, discutindo e trabalhando em função das demandas que são pensadas desde os bairros até o Estado Bolivariano. O voto é mantido, contudo se há também a democratização dos meios de comunicação e a quebra dos monopólios sobre a informação, fato que dá mais credibilidade as votações e eleições do país. De acordo com Renato Castanha, militante da Consulta Popular e correspondente do Grupo expresso em Caracas, contribuinte do Brasil de Fato e do portal Opera Mundi:

Chávez conseguiu através dessa Constituinte logo nos primeiros anos de seu governo montar as bases jurídicas e legais que pudessem desenvolver a Revolução Bolivariana, que é uma revolução que tem outra característica, que é feita dentro da via institucional. É uma revolução, que ao contrário da cubana, que assalta o poder, que toma o poder de uma forma armada, caracterizo o governo de Chávez dessa forma, a partir dessas transformações que foram feitas na Constituição do país, se possibilitou gerar as bases para o desenvolvimento de uma sociedade mais igualitária, de uma democracia participativa e protagônica, as bases em geral do que ele chama de Socialismo do século XXI, que é uma ideia que ele desenvolveu depois em que ele já estava na presidência da República. (CASTANHA, R. Caracas, 2018)

Por meio da democracia participativa e protagônica, notamos uma transferência do poder estatal para um poder emergente na sociedade venezuelana: o Poder Popular. Nesse caso, o Estado fomenta a participação popular estruturando o funcionamento dos Conselhos Comunais e das Comunas. Por hora, estes são os espaços onde debates políticos são estimulados, decisões políticas são tomadas, assim como o planejamento e o manejo de recursos advindos do Estado para os bairros e comunidades são feitos desde a base da sociedade.

Neste novo modelo de democracia, se há a tentativa de um empoderamento popular acerca de sua capacidade de organização e trabalho para a sociedade. Notamos por parte do Estado bolivariano a abertura às massas no que tange ao seu próprio processo decisório. A organização política das massas é estimulada constantemente, e dessa forma, observamos um modelo democrático onde a cidadania é de fato exercida, desde de as mais altas esferas do Estado até a sua base política, maioria votante ao atual poder executivo. Por meio da democracia participativa e protagônica, a sociedade venezuelana passa por um processo de

conscientização política onde, se bem organizada, decidirá os caminhos do processo revolucionário em disputa.

O processo revolucionário, além de colocar o povo como um ator ativo na política interna e externa do país, é responsável também por transferir a renda petroleira a parte da população que antes de 1999 não se beneficiava das riquezas de seu país. Por esse motivo, uma das bases da Revolução Bolivariana está na defesa das riquezas, minérios e recursos energéticos da Venezuela. Nesse caso, a noção de soberania do Estado sobre os seus recursos energéticos é potencializada com a revolução e o poder sobre o petróleo, antes destinado apenas para as grandes empresas, agora passa a ter uma função nacional.² De acordo com Manuel Feres, analista e investigador do portal Verdad:

Todos los índices de desarrollo humano, los índices de analfabetismo, los índices de alimentación, los índices de consumo, los índices por dónde se consume lo que denominamos calidad de vida, que están elegidos por los parámetros del capitalismo, sin duda aumentaron e llegaron a niveles que fueron vividos en períodos cortos de Venezuela pero que nunca se han vivido con la masividad como en la época de Chávez. Entonces, eso sin duda es una realidad, pero sin embargo, lo que ha aumentado, lo que ha logrado y tiene impacto en lo período de Chávez es la calidad de participación política, de participación en la vida civil de los venezolanos. La calidad de vida está ampliamente relacionada con el grado de participación política de una parte importante de los venezolanos que entendieron que la única manera de mantener eso era estar organizados. Y por eso es que se entiende que aún el chavismo con sus estructuras de poder y con toda la situación que está atravesando dónde se ha perdido gran parte de esa calidad de vida, se mantiene organizado y defiende un proceso histórico e intuitivo que no dejó del todo en claro. (FERES, M. Caracas, 2018)

Assim sendo, o processo político que se inicia em 1999 pode ser considerado uma revolução porque teoricamente é um momento de ruptura com uma intensa participação popular. Na Venezuela, o movimento chavista organizado faz com que a participação das massas seja expressiva. O momento de ruptura com as bases que estruturavam a sociedade anteriormente acontece por que há um projeto de Socialismo do Século XXI sendo planejado. Notamos também um aprofundamento da luta de classes no período que acontece e que antecede o processo revolucionário. A polarização política e o constante conflito entre a elite e o povo desde então é um exemplo disso. Ademais é um processo político que envolve uma grande massa popular em função de um novo projeto de Estado sob novas noções acerca do Socialismo neste século.

2 Em função do maior controle das reservas petroleiras cedidos ao Estado depois da revolução, os Estados Unidos, um dos maiores importadores do ouro negro, impulsionam atualmente uma guerra não convencional contra a Venezuela por meio da mídia, de embargos econômicos e até de intervenções diretas no território do país.

Entendemos que a Venezuela está passando por um processo de revolução pois além de ter a pobreza reduzida em 50% desde 1998, há hoje uma participação massiva do povo venezuelano na política, que acontece a partir de inclusão social, maior acesso a saúde, educação, informação e moradia, há um maior controle do Estado sobre as reservas de petróleo que garante a soberania venezuelana e uma unidade política por parte da população acerca do projeto de nação bolivariano.

É importante ressaltar também que Chávez e as lideranças da Revolução Bolivariana em seus discursos defendem que a revolução deve ser construída pelas vias pacíficas e democráticas. Contudo, apesar de pacífica, a revolução é armada pois em caso de um levante contra revolucionário se há a possibilidade de defesa do processo revolucionário pelas armas. O movimento contra revolucionário é forjado sob um contexto de intervenção estadunidense na política interna e externa da Venezuela e tem como objetivo a aliança com as elites e oligarquias nacionais para a exploração das reservas do petróleo venezuelano.

Assim, observa-se que apesar de ser uma revolução tida como pacífica, o processo revolucionário se desenvolve sob um conflito. De acordo com Marx, Lênin e Mao as revoluções não tendem a ser momentos de paz, mas sim de luta e confronto. Para Mao a participação do exército na revolução é indispensável e nesse sentido a participação das Forças Armadas Bolivarianas cumprem um papel fundamental na defesa da revolução. Vale frisar que tal processo se encaixa ao que Gramsci teoriza acerca da guerra de movimentos e posições em uma disputa contra-hegemônica. Nesse sentido, notamos que a sociedade civil cumpre um papel de conquista constante nas esferas sociais e na disputa ideológica que vá de encontro com as reais demandas do povo organizado, em contraposição às elites e seus privilégios.³

A liberdade indissociável a revolução que Arendt se remete está presente uma vez que o povo emancipado e organizado percebe a sua força frente a um sistema desigual e explorador. Assim, consideramos que a liberdade está na conscientização e no empoderamento, sendo um dos pilares da revolução na Venezuela. Sob tal contexto revolucionário, a liberdade está revestida de consciência de classe, de identidade e da

3. A estratégia de luta revolucionária proposta por Che como o movimento de guerrilhas não cabe a luta venezuelana, uma vez que a revolução acontece por vias democráticas onde o povo, e não a guerrilha, se mostra como a vanguarda e principal defesa do processo político que se desenrola. Na Revolução Bolivariana o poder do Estado não aconteceu por meio de uma insurgência armada, como aconteceu em Cuba. Contudo, em ambos os casos observamos que o apoio popular e o trabalho de base para se conseguir tal apoio são indispensáveis para a conquista do poder e o desencadeamento do processo político revolucionário que se segue.

percepção do cidadão como sujeito histórico, capaz de mudar sua realidade a partir da atuação política na sociedade.

III.I. Socialismo do Século XXI

Após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética, o socialismo como ideologia e organização política recebeu muitas críticas frente ao seu real funcionamento e validade para a substituição do sistema capitalista. No século XX, portanto, o socialismo como estrutura política não foi suficientemente organizado para a superação do capitalismo a um nível global.

Contudo, apesar da relativa perda na disputa política, os problemas estruturais advindos de uma lógica capitalista seguem explorando grande parte da população mundial. Apesar da virada do século tais problemáticas foram aprofundadas, pois observamos crescentes índices de desigualdades sociais, precarização dos direitos trabalhistas, degradação do meio ambiente e exploração por partes das elites à classe trabalhadora. A pobreza a um nível mundial causada pela estrutura desigual do capitalismo, assim como o crescente extrativismo e o saqueio dos recursos naturais são alguns dos motivos que fazem do capitalismo um sistema insuficiente para as reais necessidades da nossa sociedade.

Para István Mészáros, o sistema capitalista hoje passa por uma crise estrutural e por essa razão, é necessário que pensemos em uma ordem social alternativa. Nessa nova ordem, a participação das massas deveria ser estimulada para haver um maior controle político e social. Por meio de uma melhor distribuição dos poderes, se haveria maiores possibilidades para contrapor o capital. (MÉSZÁROS, I., p. 229 e 230, 2007). Uma vez que essa distribuição do poder ocorre, se há mais possibilidade de conscientização social por parte do indivíduo que hoje é totalmente excluído do processo decisório na sociedade em que vive.

A alternativa levantada por Mészáros à lógica capitalista exploradora é o Socialismo do século XXI. De acordo com o autor “o dia da América de Bolívar chegou, no sentido de que as antiquíssimas condições da dominação semicolonial da América Latina pelos EUA não podem mais ser mantidas.” e ainda:

A validade histórica de longo alcance do projeto bolivariano, que preme pela unidade estratégica e igualdade dos países americanos, não simplesmente contra os EUA, mas no interior da estrutura mais ampla da visada associação internacional harmoniosa de todos, não poderia ser mais clara. (MÉSZÁROS, I., p. 270, 2007)

O Socialismo do século XXI é um projeto proposto inicialmente por Hugo Chávez Frías em seu discurso do V Foro Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre, no ano de 2005.

No período Chávez estava em seu terceiro mandato como presidente da Venezuela. Em seu discurso o presidente nos traz uma alternativa ao esgotado sistema capitalista ainda vigente. É uma proposta ideológica que nasce com o objetivo de contra argumentar a lógica exploradora que estrutura o capitalismo. Como teoria, o socialismo do século XXI se inicia com a elaboração de Heinz Dieterich, um sociólogo e economista alemão, ex-cessor de Hugo Chávez. É importante relatar que Rafael Correa e Evo Morales são importantes atores latinoamericanos que demonstram apoio ao projeto socialista iniciado na Venezuela.

Em sua obra, Heinz nos mostra os motivos pelos quais acredita que o sistema capitalista está em período de decadência e em como sua base estrutural é insuficiente as reais necessidades humanas a um nível global, regional e local. Parte da premissa de exploração histórica que submete os países de Terceiro Mundo aos países de Primeiro Mundo, fato responsável pela desigualdade e pobreza dos povos excluídos pelo sistema capitalista. O projeto socialista para o Século XXI é focado no empoderamento das massas populares e na ressignificação da democracia liberal representativa. Como alternativa, propõe a democracia participativa e protagônica, que estimula a participação popular nos processos decisórios que ocorrem em múltiplas esferas do Estado.

A democracia liberal burguesa é um exemplo de como não há espaço para o povo na composição política do Estado capitalista. Ela transfere por meio do voto a atuação política dentro da sociedade a uma pessoa específica. O voto, por sua vez, apesar de ser uma instância de participação legítima, pode muitas vezes ser manipulado pelos grandes meios de comunicação ainda não democratizados. Dessa forma, as massas populares que deveriam ser atores ativos em uma suposta condição de democracia, são alvo da propaganda de massa que retroalimenta a estrutura de um Estado desigual e explorador, responsável por excluir política e economicamente o povo, reforçando os privilégios de uma elite política e financeira que controla o Estado na prática.

Como alternativa à democracia participativa, o projeto socialista para o século XXI, nos traz as noções de democracia participativa e protagônica. Nesta, o voto como instrumento legítimo de participação popular é mantido, contudo, os espaços e instrumentos de participação ativa são reforçados. Como exemplo disso temos os Conselhos Comunitários, que são organizações políticas presentes nos Bairros da Venezuela que se propõem como espaços de discussão política com o objetivo de superação das demandas dos próprios bairros, tema a ser tratado posteriormente no trabalho. O Socialismo do Século XXI critica o sistema capitalista a nível global, contudo a sua esfera de atuação se volta também ao local.

No que tange as mudanças econômicas, Heinz em sua obra levanta a possibilidade de uma planificação da economia pelo Estado a partir do princípio de Equivalência, esta busca a superação da economia de mercado, da propriedade privada e da lógica de lucros típica de uma economia capitalista. Para o autor, em uma economia equivalente o mercado tende a ser extinto, onde o preço é fruto do valor dos bens produzidos e do salário. Em uma economia baseada nos princípios de equivalência existe uma sincronização dos movimentos dos valores dentro da economia global. Em suma, é uma alternativa que tenta romper com a economia capitalista por meio de um intercâmbio equivalente entre produtos e serviços.

De início, vale ressaltar que consideramos o Socialismo do Século XXI como uma teoria política em construção. Apesar de criticar os erros cometidos pelo socialismo do século XX, propõe novos métodos e táticas para a uma superação sistêmica. Observamos sua fundamentação, e consideramos que o Socialismo do séc XXI ainda se mostra como uma teoria que precisa de mais contribuições históricas e científicas.

III.II. Por quê falamos de Revolução Bolivariana?

O Socialismo do Século XXI, é um dos principais motivos pelos quais falamos de Revolução Bolivariana. Seu projeto se mostra como uma alternativa ao modelo de estado capitalista em pleno século XXI e seu processo de construção se inicia na Venezuela. Contudo, é importante ressaltar que este projeto é desenvolvido no decorrer da revolução. Inicialmente, o MBR não tinha como aspirações políticas a superação da estrutura capitalista, mas representavam a insatisfação popular frente a exploração que vivia a população venezuelana na época. A teoria socialista é incorporada ao movimento quando este se torna um movimento de massa e quando Chávez se transforma no representante da esquerda com maior apoio popular até então.

O MBR-200 tinha como base ideológica a junção dos pensamentos de Simón Bolívar, Simón Rodríguez e Ezequiel Zamora. Por meio da leitura de três sujeitos históricos indispensáveis para a história venezuelana, Chávez traça teses de independência através da consolidação do Estado Nacional, de soberania, justiça social, inclusão, igualdade e integração da América Latina. É com o MBR-200 que se começa a construir a base de um movimento mais amplo de caráter popular e com base ideológica bolivariana, que está presente e atuante na Venezuela hoje. De acordo com Maringoni:

Desde 1986, no interior do Exército, o MBR-200 inicia uma intensa discussão sobre como e quando promover um levante armado contra o regime. Não se tratava apenas de trocas de idéias sobre estratégia militar. Os jovens oficiais buscavam, mesmo que

esquemáticamente, delinear as vias mestras de um novo modelo político e econômico para a Venezuela. (MARINGONI, 2004, p. 140).

Por um grupo organizado dentro dos quartéis, se começa a formar um pensamento sobre um novo modelo político necessário para a Venezuela. Isso acontece porque já havia evidências suficientes que comprovavam o esgotamento da IV República. A revolta popular – Caracazo), já analisado anteriormente é um exemplo dessa insatisfação. Com o passar do tempo e por uma leitura acertiva da conjuntura nacional, é construída uma identidade política sobre a imagem de Chávez, que após a sua liberdade, tem seu nome como uma crescente alternativa política ao contexto de crise instalado.

Os acontecimentos observados na Venezuela nas últimas décadas podem ser compreendidos como efeitos colaterais à uma lógica capitalista, neoliberal e exploradora. Na Venezuela, tal exploração desencadeou um movimento de revolta contra tais estruturas que repensa por meio da participação popular possíveis soluções para suas próprias demandas internas.

Em 1999, Chávez se mostra como a principal liderança política no campo da esquerda. Observamos que após ficar dois anos preso, sua popularidade na Venezuela cresceu de maneira significativa. Para conseguir apoio popular, fez uma caravana pelas regiões do país em busca de apoio. Por meio do Pólo Patriótico e por vias democráticas Chávez se torna presidente da Venezuela, iniciando o período de V República. Durante e após as eleições, sob um discurso de unidade política frente as medidas neoliberais, o movimento bolivariano se torna capaz de aglomerar grandes massas da população do país.

De acordo com Margarita López Maya, o movimento bolivariano e seu líder Chávez representam uma nova esquerda surgida no último quarto do século passado como fruto das resistências ao capitalismo em sua fase neoliberal. (Lander, Maya López, 1999, p. 98) Por meio dos objetivos bolivarianos se busca alcançar um novo socialismo: o socialismo do século XXI, que é um meio pelo qual se efetiva mudanças políticas, econômicas e sociais decorrentes de uma lógica capitalista.

Vale ressaltar que o projeto de governo bolivariano não planejava e nem pensava acerca do Socialismo do Século XXI desde seu início, esse discurso é fruto de uma radicalização das políticas de Chávez. Ao assumir a presidência, notamos que o governo bolivariano tinha prática e discursos mais moderados e que a partir de 2002, com a tentativa de Golpe de Estado, se há uma radicalização no que tange as políticas defendidas pelo governo. Os primeiros governos de Chávez assumiam uma posição moderada que muda e se

radicaliza com o tempo, o auge dessa radicalização é a elaboração política e teórica do Socialismo do Século XXI. Essa radicalização ocorre porque depois de 2002 fica claro que o governo de Chávez contava com uma ampla base popular que acreditava no projeto de nação pensado pelo chavismo. Uma vez que o Golpe de Estado foi revertido em dois dias pela pressão popular, o governo chavista percebe que tem apoio popular suficiente para propor algo mais radical.⁴

Hoje, os avanços da Revolução estão comprometidos pelo contexto de crise. A um nível regional, a direitização da América Latina na última década também é um fator que potencializa a instabilidade política e econômica da Venezuela. Na época de Chávez, o país contava com mais parceiros regionais do que o governo Maduro pode contar hoje.

Atualmente, o governo de Nicolás Maduro enfrenta um contexto internacional muito diferente dos que os dos tempos de Chávez. Vale ressaltar também, que após 2013 o preço do petróleo – fator determinante na economia venezuelana – tem caído sistematicamente, o que explica, em partes a crise que se alastra por todo o país. A Venezuela passa também por um embargo econômico acordado entre as grandes empresas com as elites locais e internacionais a fim de desestabilizar o cenário econômico. Desde que assume o governo, a crise econômica ainda não foi solucionada e os seus efeitos negativos são sentidos cotidianamente pelos venezuelanos. Porém este tema excede os objetivos do presente trabalho e será analisado em futuras pesquisas.

A partir Constituição Bolivariana da Venezuela, as camadas mais pobres do país começaram a ter acesso à saúde, educação, moradia, transporte e cultura. A revolução faz com que o cidadão comum venezuelano tenha participação no que tange às decisões políticas do seu próprio país, pois além das mudanças estruturais anteriormente citadas, a Revolução foi responsável por ressignificar o modelo de democracia participativa vigente até a V República, período pré-revolução.

A ressignificação se dá através da criação dos Conselhos Comunais, que tem como objetivo a organização da sociedade a um nível territorial. É a primeira instância de democracia participativa e protagônica instalada pelo governo chavista. Serve para organizar a comunidade a um nível territorial, mantendo um diálogo com a parte institucional do Estado. É composto pela sociedade civil e representa uma instância de poder popular. Em outras palavras, os Conselhos Comunais significam a base popular do movimento chavista. O

4. Entretanto, observamos também que apesar de promissor, o Socialismo do Século XXI encontrou e encontra vários obstáculos para ser colocado em prática. O falecimento de Hugo Chávez e o contexto de crise e de constante disputa política que se instaurou após 2013 demonstram isso.

chavismo é um movimento político de esquerda que por meio da democracia participativa e protagônica, tem sido responsável por empoderar e emancipar o povo venezuelano.

IV – A PARTICIPAÇÃO DAS MASSAS POPULARES NA REVOLUÇÃO BOLIVARIANA

Ao analisar a Hegemonia e como esta acontece na sociedade contemporânea, Gramsci o faz na tentativa de a partir de um profundo estudo, pensar em formas e métodos para superar as estruturas hegemônicas que garantem o poder desproporcional de uma classe sobre outra. O grupo da classe hegemônica é composto por uma minoria representada nos dias de hoje pelas classes dominantes. O movimento de contra hegemonia acontece na tentativa de superar a dominação dessa elite sobre uma maioria explorada.

No processo revolucionário venezuelano, observamos uma construção da uma contra-hegemonia ao imperialismo estadunidense. Isso ocorre por que além de haver uma disputa política entre duas esferas sendo travada na Venezuela, há uma alternativa ao Estado capitalista sendo debatida a partir do Socialismo do século XXI. Entendemos também que nesse contexto se está produzindo uma guerra de posição, uma vez que desde 1999 há uma crescente conquista de posições no Estado pela contra-hegemonia, que no caso é impulsionado pelo o movimento bolivariano.

Também observamos que esta ocorre em função da disputa ideológica que ocorre desde o início do processo revolucionário, onde hegemonia e contra-hegemonia disputam o consenso na sociedade civil. Vale ressaltar que todo esse processo de contra-hegemonia ocorre porque há um crescente movimento de conscientização das massas acerca de sua história e de sua capacidade política. A conscientização das massas faz parte da construção da uma contra-hegemonia e esta sendo desenvolvida progressivamente ocupando os lugares que antigamente ocupavam as classes dominantes.

No presente capítulo avaliaremos a participação dos setores populares na revolução bolivariana. Para a compreensão destes analisaremos como se constitui o poder popular na Venezuela. Na primeira parte, retomaremos brevemente o pensamento bolivariano para compreender os fundamentos da participação popular na revolução bolivariana, assim como o funcionamento da União Cívico militar e as formas em que o pensamento bolivariano influencia as forças armadas.

Em seguida, analisaremos o funcionamento dos Conselhos Comunais, das Comunas, assim como a função das Missões e a importância destes no processo revolucionário da Venezuela. Os setores populares são as instâncias políticas que garantem o desencadeamento do processo revolucionário. A sociedade civil organizada e atuante politicamente representa a vanguarda da revolução bolivariana, que só acontece por meio da participação popular.

Entendemos que a participação política das massas é a força principal para o desencadeamento de uma revolução política.

IV.I. Pensamento Bolivariano como teoria de organização política

Como já mencionado anteriormente, Hugo Chávez (1954-2013), faz uma profunda leitura das obras de três sujeitos históricos muito influentes na história da Venezuela: Simón Bolívar (1783-1830), Ezequiel Zamora (1817-1860) e Simón Rodríguez (1769-1854). A partir da leitura, Chávez faz um compilado do pensamento dos três e constrói a base ideológica do movimento bolivariano.

É importante ressaltar que Bolívar foi um líder político venezuelano que foi peça chave na descolonização da América do jugo espanhol, que Simón Rodríguez foi um filósofo e educador venezuelano, além de ter sido tutor e mentor de Simón Bolívar e Ezequiel Zamora foi um político e militar venezuelano, também peça fundamental na Guerra Federal da Venezuela. Dessa forma, Hugo Chávez é responsável por construir a base ideológica bolivariana com objetivos de alcançar um novo modelo de sociedade por meio dos pensamentos bolivarianos, robinsonianos e zamoranos.

A teoria política bolivariana possui sua base no que Chávez chama de “árvore de três raízes”, que basicamente é que a junção da contribuição teórica dos três pensadores anteriormente citados. A primeira raíz está em Simón Bolívar e em seus ideais de igualdade, liberdade e integração latino-americana. A segunda raíz está em Ezequiel Zamora e na estratégia de unidade Cívico-Militar e a terceira raíz está nos ideais de Simón Rodríguez, que pautam a educação popular, a liberdade e a igualdade para o povo venezuelano.

A raíz zamorana especificamente constrói a estratégia política de União Cívico-Militar. O pensamento de Ezequiel Zamora e a sua ação confrontam as classes dominantes que separa o povo venezuelano do projeto bolivariano. De acordo com Chávez “A pesar del ritmo fulgurante de la guerra y las innumerables tareas y actividades que debía cumplir como jefe militar, Zamora no pierde el enfoque estratégico y político del objetivo revolucionario de transformar radicalmente la sociedad.” (CHÁVEZ, 2012)

A principal bandeira de Zamora era a redistribuição da terra e a dignidade dos camponeses. As lutas que liderou, sob as ordens de terras e homens livres, encontraram apoio maciço entre os habitantes do campo, que durante a Guerra Federal (1859-1863) representavam as demandas da maioria do povo venezuelano. A defesa pela dignidade dos

camponeses e seu impulso libertário fazem dele uma fonte permanente de inspiração revolucionária (CHÁVEZ, 2012)

Os elementos conceituais do modelo ideológico Zamorano fundamentam táticas e estratégias de ação dentro do território venezuelano, a partir pensamento bolivariano. Esses elementos se materializam na estratégia de União Cívico-Militar, que constitui uma nova concepção acerca da função militar, ressignificando o papel do militar, aproximando-o do povo, com um papel social perdido até então. Chávez foi responsável por politizar as Forças Armadas pautando o pensamento bolivariano, e a partir disso, empoderou parte de população civil na luta defensiva.

Em resposta ao conflito que se desenvolve na Venezuela e em defesa dos ataques vindos dos Estados Unidos, a estratégia de defesa do país é prevista pelo texto constitucional e tem como objetivo o “fortalecimento do poder militar da nação, o aprofundamento da unidade cívico-militar e a participação popular nas tarefas de defesa nacional” . Traçando essas diretrizes, Chávez afirma:

Jamás se había planteado esta tesis que nos lleva a ir pensando en unas maniobras militares que no sean militares nada más, que sean cívico-militares. La participación del pueblo en la defensa del país es imprescindible en el marco de la guerra asimétrica que estamos comenzando a enfocar aquí (CHÁVEZ, 2006)

As estratégias internas de defesa dos governos de Hugo Chávez são a União Cívico-Militar, o fortalecimento das Milícias Bolivarianas e o fortalecimento das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas. Vale ressaltar que a união cívico-militar só é feita porque a história venezuelana possui uma tradição político-militar nas classes empobrecidas, o que facilita o apoio dos setores populares ao exército nacional. Como exemplo temos o Exército del Pueblo, constituído sob o contexto da Guerra Federal (1858-1863) e liderado por Zamora. O exército contava com a participação maciça de ex-escravos, camponeses e indígenas e trabalhadores urbanos.

Atualmente, um exemplo real da União Cívico-Militar é a Milícia Nacional Bolivariana, composta pelo trabalho voluntário de civis e militares. A milícia é construída em torno de um projeto de união do povo e das forças armadas para salvaguardar os interesses nacionais. Entendemos que o projeto de nação proposto pelos ideais bolivarianos coloca o sujeito popular como protagonista, dando a democracia um caráter participativo e protagônico.

El Proyecto Nacional Simón Bolívar enfrenta la propuesta en un nivel de alta generalización, con la intención de abrir el compás para la participación de la sociedad civil venezolana en el difícil proceso de la definición y construcción del modo de vida solidario. (CHÁVEZ, 2006)

É importante frisar também que além da base teórica de pensadores venezuelanos, Chávez incorpora à teoria bolivariana a noção de Socialismo do Século XXI, uma tentativa de superar a hegemonia estadunidense pensada desde a América Latina, com suas próprias características e necessidades. Vale ressaltar também que não é por acaso que em todo o processo revolucionário, as relações internacionais entre Cuba e Venezuela sempre foram estreitas e de apoio mútuo.

O Socialismo do Século XXI, apesar de ser uma vertente ideológica em construção, se mostra como uma alternativa à lógica cada vez mais exploradora do sistema capitalista. Com o objetivo de democratização dos poderes estatais, se há um novo modelo de democracia e participação política sendo executado na Venezuela atualmente. A democracia participativa e protagônica é posta em prática por meio dos Conselhos Comunais, das Comunas e das Missões. A partir da interpretação do processo que se desenvolve na Venezuela, compreendemos que a revolução está focada na abertura e democratização do processo decisório no Estado Bolivariano, afim de construir um empoderamento das camadas populares que antes não tinha acesso nem oportunidade de participação política e social.

IV.II. Conselhos Comunais e Comunas

Os conselhos comunais são instâncias que garantem os espaços de participação popular e da democracia participativa. O texto Constitucional de 1999 estimula que as massas participem ativamente na política social e do processo decisório do Estado. Os conselhos, a partir de 2006, materializam a um nível local o controle territorial instalado nos bairros, assim como a participação das camadas populares. Tem como principal função a organização da comunidade na busca de solução de seus problemas. Para Andrés Ramos, vocero do Colectivo de Trabajo Revolucionario Distrito Motor Cabimas:

Los Consejos Comunales son un mecanismo que a nosotros nos permite entender nuestro territorio, cuáles son nuestras potencialidades y cómo podemos desarrollar colectivamente la potencialidad de nuestro territorio, esa es la primera fase de lo que uno puede entender. Los consejos comunales son un instrumento de acción colectiva. Y lo otro es una excusa para la discusión colectiva. (RAMOS, A. Caracas, 2018)

De acordo com Hugo Chávez, “los Consejos Comunales son la herramienta fundamental y de vanguardia para avanzar en la construcción del socialismo, porque representan la célula fundamental de la democracia revolucionaria y verdadera” (CHÁVEZ, 2006) São instâncias de participação democrática e tal participação é institucionalizada e

impulsionada pelo Estado, incidindo na vida política do país por meio de uma via territorial. A função dos conselhos é muito heterogênea, porém com função de organizar o pobre que já estava organizado e que servisse também como um fator de ascensão popular. Há conselhos comunais espalhados pelas cidades, pelos campos e inclusive já existem cidades inteiras que se denominam como cidades comunais.

Em outras palavras, os conselhos são espaços de participação e articulação entre as pessoas de uma mesma comunidade, que vivem em uma mesma área territorial. Neles, diversas organizações comunitárias, movimentos populares e sociais discutem os problemas locais e planejam formas viáveis de solucioná-los. Dessa forma, os bairros passam a ser responsáveis pela sua própria gestão, e para isso, recebem auxílio do Estado. A lei dos Conselhos Comunais foi criada em abril de 2006, com o objetivo de estimular a organização do povo e materializar o poder popular nas esferas de decisão e gestão do Estado Bolivariano. Para Maria Délia, líder do conselho comunal do bairro La Pastora:

Los consejos comunales que son la participación local donde cada uno de los habitantes de la comunidad se organizan y dejan al lado esos principios de exclusión social para favorecernos bajo una organización social y una manera de implementar el bienestar en lo Estado de acuerdo con las características de una comunidad. (DELIA, M. 2018, Caracas)

O poder popular e o poder estatal são poderes distintos, porém, funcionam de maneira complementar. O povo organizado utiliza dos conselhos comunais para gerenciar diretamente as suas necessidades e aspirações dentro da comunidade. Para Renato Castanha, estudante da Universidade Bolivariana da Venezuela, militante da Consulta Popular, correspondente do jornal Brasil de Fato e Opera Mundi em Caracas e participante do coletivo organizado La Minka do bairro La Pastora:

Os conselhos comunais tem por ideia, por função e por objetivo organizar a sociedade em um nível territorial. O conselho comunal é a primeira instância de democracia direta e participativa. Então, ele serve para organizar essa comunidade a um nível territorial e para fazer um diálogo com a parte institucional do Estado. É composto pela sociedade e representa uma instância de poder popular, mas ao mesmo tempo também é uma instância que possibilita o diálogo entre o poder popular e poder institucional, que seria o governo, o Estado. (CASTANHA, R. Caracas, 2018)

Os conselhos colocam em prática o novo modelo de democracia proposta pelo Estado bolivariano e pelo Socialismo do século XXI. Materializam a democracia participativa e protagônica por meio do controle territorial e do empoderamento das classes populares, fomentando a organização política a nível micro. Os conselhos também funcionam como espaços de debate e formação política através do trabalho nas comunidades, que

interpretam suas necessidades na tentativa de encontrar soluções aos problemas locais. Para Juan Miguel, professor de história e geografia, também participante do coletivo La Minka:

Los Consejos Comunales nacen con la finalidad talvez puesta, incluso a darle respuesta a lo social que los mismos ministerios y las mismas organizaciones del ejecutivo no daban esas soluciones. En principio se buscan que el Consejo Comunal sea una pequeña república dentro de un gran territorio dónde se buscan las soluciones de los problemas, dónde se escuchan las problemáticas en las asambleas de las ciudadanas y los ciudadanos, que es el máximo órgano decisor de la política del consejo comunal. Es la democracia participativa y protagónica. El pueblo empoderándose de espacios, organizándose, viendo las necesidades que hay en las localidades, elaborando sus propios proyectos, subiendo esos proyectos a lo ejecutivo, el ejecutivo aprobando recursos y los consejos ejecutándolos los recursos que tienen. (MIGUEL, J. Caracas, 2018)

Desde 2006, foram construídos mais de 18 mil Conselhos Comunais pelo território da Venezuela. Por funcionarem de acordo com as necessidades das comunidades onde são construídos, os conselhos são instâncias muito heterogêneas e diversas, variando de acordo com o território e com as lideranças que compõem os conselhos. Para acordo com Cristina Jordán, as principal funções dos Conselhos Comunais são:

Ejercer y manifestar lo que es el poder popular. La organización de base, la organización transparente, puesto que después del núcleo familiar que tu organiza con tu familia de sangre, el otro núcleo más directo que existe es el de tu comunidad, entonces, que más espacio tú vas a querer ver bien que el de tu comunidad, que tu cuadra, el espacio que tu vive, dónde te bajas a comprar comida, dónde bajas a hacer deporte, o si tienes unos hijos y se quieres que su entorno sea sano, organizado. Esa son las funciones de los consejos comunales: mantener digamos esa organización, esa dirección entre lo que se puede conseguir a través de las instancias burocráticas o de la institucion, para transmitirlo directamente al pueblo, a la vivencia del pueblo, a la vivencia de los barrios populares y de las organizaciones. (Jordán, C. Caracas, 2018)

Ainda a um nível organizacional, também existem as Comunas que são a junção de vários conselhos comunais, e funcionam com o objetivo de ampliar e entender o território, consolidando os feitos produtivos dos conselhos. Uma comuna é a forma mais ampla de unificação das forças comunais. Assim sendo, o poder comunal é fruto do poder popular que perpassa os conselhos.

A partir de 2006, os conselhos são responsáveis por democratizar o poder na Venezuela e em conscientizar as camadas populares acerca da política nacional, assim como delimitar e deliberar as ações políticas a curto e médio prazo. Observamos que a com a Constituição de 1999, o Estado Bolivariano descentraliza o seu poder sobre a nação, na tentativa de distribuí-lo aqueles que sempre estiveram a parte do processo decisório.

A Revolução Bolivariana só ocorre pela profunda organização de base que é fundamental em todo o processo. É por essa organização massiva que a revolução é

legitimada. A partir da observação de tais estruturas, notamos novamente o método em que se constitui a contra-hegemonia no contexto venezuelano.

IV.III. Missões Sociais

Inicialmente, as missões são criadas em 2003 com um objetivo estritamente político, para a formação de possíveis quadros atuantes no processo revolucionário, na tentativa de se agrupar pessoas para dar andamento a projetos sociais que já estavam ocorrendo. As missões também ocorrem como um instrumento para a distribuição da renda petroleira às camadas sociais que antes de 1999, não tinham o menor acesso as riquezas geradas pelo petróleo da região.

É importante frisar que no mesmo período em que as missões são criadas, é proposto um referendun de caráter revocatório pelos setores de oposição ao governo Chávez e pela situação que o país atravessava no momento - uma situação de restrições fiscais e econômica - o governo de Chávez tinha chances de não ganhar o referendun em votos. O referendun só acontece um ano depois. Contudo, com o objetivo de ganhar essa disputa política frente a oposição, Chávez o faz voltado a base popular da sociedade, investindo a renda petroleira em programas sociais. Tais programas pensavam em solucionar as principais demandas de educação, saúde e moradia da população.

Como exemplo das missões, temos a Misión Viviendas, um projeto de moradia do Estado, e tem como objetivo fazer com que as pessoas que antes não tinham casa, passem a ter. Durante o governo de Hugo Chávez, milhares de casas foram construídas e entregues aqueles que não tinham casa própria; A Misión Bario Adentro, surge com o objetivo de consolidar as políticas de saúde e as necessidades sanitárias da população sobre princípios de equidade, acessibilidade e gratuidade, elevando a qualidade dos serviços de saúde integral aos habitantes do país, esta missão contou com o apoio do governo cubano e do trabalho de médicos enviados desde Cuba para trabalhar nos bairros venezuelanos; Há também a Misión Saber y Trabajo, que surge com o objetivo de disponibilizar empregos a partir das reais demandas que giravam em torno da produção nacional; A Misión Barrio Nuevo Tricolor, criada com a intenção de se reformar e reorganizar as casas e os espaços de convivência comunitária das comunidades populares, para assim melhorar a qualidade de vida e dignificar parte da vida do cidadão venezuelano; A Misión Robinson, que surge com o objetivo de alfabetização e educação básica; A Misión Rivas, trabalhando a educação a um nível médio à jovens que não tinham acesso à escola; A Misión Sucre, destinada a jovens excluídos da

educação superior; A Misión Identidad, criada com o objetivo de dar documentação de identidade aquelas pessoas que não tinham registro, entre outras missões.

As Missões Sociais são projetos que estão focados em diminuir a desigualdade do país, assim como melhorar a qualidade de vida da população venezuelana. Os projetos acontecem em função da renda petroleira e fazem parte de uma nova política do petróleo iniciada nos governos de Hugo Chávez. Na IV República, as camadas populares não tinham acesso a esta renda e nem as oportunidades que a mesma poderia gerar. Com a revolução, se há uma democratização da renda petroleira, e esta é convertida em investimentos voltados a saúde, educação, segurança e moradia.

Por meio das missões, o cidadão venezuelano teve mais oportunidade e acesso à saúde, educação e moradia. A partir delas, os índices de qualidade de vida dos venezuelanos aumentam, fazendo com que as bases populares da sociedade usufríssem da renda gerada pelo petróleo da Venezuela. Em 2004, ocorre o referendun e Chávez não perde pelos votos, uma vez que estrategicamente utilizou as missões para garantir o apoio popular de seu governo, que desde de 1999 é parte fundamental da revolução bolivariana.

IV.IV Milicias Bolivarianas

As Milicias Bolivarianas funcionam como um complemento a Força Nacional Bolivariana na defesa do território da Venezuela. De acordo com Pedro Henrique Cícero, a missão da Milícia é “treinar, preparar e organizar o povo venezuelano para a defesa integral da nação com o fim de complementar o nível de prontidão operacional da Força Armada Nacional Bolivariana” (CÍCERO, 2015, p. 211).

A Força Armada Nacional Bolivariana emerge com esse nome após uma Reforma Constitucional ocorrida em 2007. Através desta se define o caráter popular, patriota e antiimperialista em defesa da consolidação de um exército democrático, soberano e de caráter nacional frente aos interesses imperialistas. De acordo com Natalia Scartezini:

Notadamente o papel que a Força Armada Bolivariana exerce hoje é muito mais interessante do que o usualmente exercido pelas Forças Armadas tradicionais: inserida na vida da sociedade, trabalhando efetivamente na solução de problemas sociais e na construção de uma ideologia antimperialista, e incentivando o aprimoramento intelectual e crítico dos militares (SCARTEZINI, 2011, p. 7).

Entende-se que o caráter social das Forças Armadas Bolivarianas é fruto do histórico militar de Chávez e de sua patente de tenente-coronel da FANB (Forças Armadas Nacionais Bolivarianas), fato usado de forma estratégica na militarização do projeto de governo bolivariano. A partir de sua posse em 1999, as bases política e ideológica das Forças Armadas

Nacionais Bolivarianas são elevadas aos interesses civis. Além da defesa territorial, são incorporadas noções contra o imperialismo estadunidense e em prol da defesa da soberania e do povo venezuelano.

Como complemento das Forças Armadas Nacionais Bolivarianas, foram criadas as Milícias Bolivarianas, que cumprem um papel fundamental na efetivação da União Cívico-Militar proposta por Ezequiel Zamora. De acordo com Natalia Scartezini, uma das funções da Milícia Bolivariana é:

Atribuir um papel diferenciado a uma instância usualmente repressiva e ainda propiciar que as classes trabalhadoras se liguem a ela através dos programas governamentais e de sua inserção social, se identifiquem com ela através da ordem interna, segurança, defesa e desenvolvimento integral da nação com o propósito de contribuir para a independência, soberania e integridade do território venezuelano. (SCARTEZINI, 2012, p. 104)

As estratégias pensadas desde o comando militar são União Cívico-Militar e a formação das Milícias Bolivarianas. As milícias colocam em prática os objetivos referentes a União Cívico-Militar, que une o exército ao povo, fazendo com que o mesmo que antes defendia os interesses do Estado, passe a defender o povo. As Milícias Bolivarianas são o exemplo fatural de tal união, as mesmas funcionam através do recrutamento de civis dispostos a defender em armas a Revolução Bolivariana. Para Carmen Campos, comandante da Milícia Bolivariana de San Antonio de los Altos:

Precisamente el trabajo que hacemos en la milicia es la disuación. La unión cívico-militar tiene la función principal de disuación, no vengas porque si viene te vas a encontrar con esta. Un país completo preparado para defenderse militarmente. Ya nos estamos defiendiendo com las ideas, nos estamos defiendiendo en el asunto de la producción, nos estamos defiendiendo en los asuntos de la cultura, de formarnos, de todo aquello. Pero también estamos listos y preparados para defendernos militarmente com lo que hay y aquí hay demasiado. No es poca cosa y ellos lo sabem, porque ellos salieron de Vietnam. (CAMPOS, C. San Antônio de los Altos, 2018)

Assim, a União Cívico-Militar busca levar a população noções de defesa integral e segurança militar e periférica. As milícias ensinam práticas militares a pessoas que são civis, dando a possibilidade a um grupo de pessoas que antes não conseguiriam se defender caso houvesse alguma invasão no território onde vivem. Durante a entrevista, em vários momentos a comandante da milícia trouxe o exemplo do Vietnã, em um deles, disse que a guerra foi vitoriosa por haver no povo um essência militar de defesa.

A estratégia de defesa do processo revolucionário bolivariano, através dos governos de Hugo Chávez constitui uma nova concepção acerca da função militar, que ideologizou e politizou as Forças Armadas pelas teses bolivarianas. A união cívico-militar só é feita porque

há um resgate histórico da Venezuela, que historicamente possui uma tradição político-militar nas classes empobrecidas, o que facilita o apoio dos setores populares ao exército nacional.

Um exemplo histórico dessa tradição militar é o exército do povo, constituído sob o contexto da Guerra Federal (1858-1863), sob a liderança de Ezequiel Zamora contava com a participação maciça de ex-escravos, desempregados, camponeses, indígenas expulsos de suas terras e trabalhadores urbanos. Após o governo de Hugo Chávez, notamos que se há uma mudança na base ideológica das Forças Armadas Bolivarianas e na sua ação frente a sociedade.

Como um exemplo atual do funcionamento das Milícias Bolivarianas, de acordo com Carmen, comandante da Milícia Bolivariana de San Antonio de los Altos:

En el sábado estuvo en una concentración con 230 milicianos, eso es, la primera compañía son de los jóvenes, la segunda compañía de los no tan jóvenes, la tercera compañía de los mayores. Hay personas con ochenta años con capacidades intelectuales y se mueven todavía así como un bastón y entre ellos se están dando clases de armamento, conocimiento del arma, conocimiento de la defensa de la patria, conocimiento y manejo táctico y personal, conocimiento de guerrillas, de lo que sea necesario. (CAMPOS, C. San António de los Altos, 2018)

As Milícias Bolivarianas surgem como resposta ao situação que se instala atualmente na Venezuela. O cenário hoje é de crescente conflito entre as classes dominantes e a classes populares. A disputa se trava em função do processo revolucionário e da abertura política e o poder popular emergente das bases. Com o objetivo de se defender o projeto de Estado proposto pelo movimento bolivariano, assim como pela defesa da revolução, da soberania e do povo venezuelano, as milícias surgem como instâncias de participação voluntária da sociedade civil a um treinamento de caráter e táticas militares.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente, no primeiro capítulo do trabalho, trouxemos o conceito de revolução afim de justificar nossa interpretação de que na Venezuela os acontecimentos políticos a partir de 1999 podem ser interpretados como uma ruptura dentro da sociedade venezuelana. Ademais, trouxemos os conceitos de hegemonia, contra-hegemonia, guerra de posições e movimentos em Gramsci para uma melhor construção da nossa análise. No segundo capítulo, investigamos o contexto histórico venezuelano, desde seus antecedentes até o estopim do processo revolucionário. No terceiro capítulo, a partir das propostas do Socialismo do Século XXI, observamos os fatos que fazem da Revolução Bolivariana uma tentativa de contra hegemonia frente a velha hegemonia da IV República. No quarto e último capítulo, investigamos os mecanismos dentro da Revolução que fazem emergir o Poder Popular como indispensável para o desencadeamento do caso analisado.

Com o desenvolvimento do trabalho, conclui-se que há um processo revolucionário ocorrendo na Venezuela atualmente e desde o seu início em 1999 se há uma disputa política entre a hegemonia das classes dominantes - representantes da IV República e a contra-hegemonia composta por um amplo e crescente movimento de bases que tem emponderado e politizado as camadas populares da população venezuelana dentro da V República.

Em conjunto com o Poder Popular emergente nas esferas políticas e no processo decisório do Estado Bolivariano, é proposto um novo modelo de sociedade, em alternativa à lógica capitalista, desigual e exploradora. O Socialismo do Século XXI surge na tentativa de não cometer os erros cometidos pelo socialismo no século XX, como uma releitura da teoria política e da organização. Tal teoria ainda não está acabada e consideramos que precisa de mais aportes históricos e metodológicos, uma vez que pretende repensar estruturas sociais para todo o século.

Observamos também que a partir da Revolução Bolivariana, mais venezuelanos possuem consciência histórica, refletida na atividade política da sociedade civil que é superior a vários países da região. Atualmente, 4 milhões de pessoas são organizadas na Venezuela. Durante os governos de Chávez, se há uma abertura à participação popular, estimulada pela lei dos conselhos comunais (2006), que surge como uma ferramenta jurídica para a conquista do Poder Popular, por meio de uma ampla organização insurgente.

O presidente Hugo Chávez Frías foi uma liderança primordial na construção do processo revolucionário, principalmente por ter sido capaz de aglutinar as forças da esquerda em função de um mesmo projeto de Estado. Após o seu falecimento, o processo

revolucionário não acaba e Nicolás Maduro assume o papel de liderança chavista. Entretanto, o governo de Maduro, desde 2013 enfrenta um período de crise induzida pelo imperialismo estadunidense em conjunto com as grandes empresas e com as elites locais venezuelanas. O embargo econômico gera uma série de contradições para a gestão de Maduro, o que faz com que o país passe por uma grave crise e por problemas de escassez.

As contradições presentes no governo Maduro precisam ser superadas para que a Revolução Bolivariana se aprofunde. Saindo de um contexto de embargo econômico - instrumentalizado pelos Estados Unidos - para possíveis saídas para a crise, é preciso que se diversifique os parceiros internacionais da Venezuela e que se aprofunde as relações bilaterais com a Rússia e com China, pois estas são potências que além de possuir um histórico de contestação ao poderio estadunidense, possuem também um poder bélico significativo que pode ser usado em defesa do território venezuelano. Ademais, vale ressaltar que as Forças Armadas Bolivarianas precisam ser reforçadas nas suas partes bélica e comunicacional e esse reforço também pode vir de tais relações bilaterais.

Vale ressaltar também que no contexto de crise e abastecimento, a Venezuela precisa diversificar suas bases econômicas e encontrar mecanismos para deixar de ser tão dependente dos preços do petróleo. Como resposta a escassez, uma planificação econômica da Venezuela afim de garantir a soberania alimentar da população do país se faz necessária. O Estado Bolivariano também deveria voltar seu foco ao campo e incrementar seus investimentos neste, pois a soberania alimentar é um dos eixos que precisam ser alcançados para a garantia e continuidade do processo revolucionário.

Com a Revolução Bolivariana e com o crescimento constante do movimento chavista, notamos que houve uma conscientização em massa da população da Venezuela, assim como a participação da sociedade civil nas esferas decisórias do Estado Bolivariano. O Socialismo do Século XXI ressignifica o modelo de democracia representativa com a democracia participativa e protagônica, empoderando as classes populares acerca do futuro da sociedade em que vive. Por esse motivo, a participação política na Venezuela é tão expressiva e deve ser usada como exemplo aos demais países da região.

Com o desenvolvimento do trabalho, também foram levantados questionamentos a serem respondidos em outras pesquisas futuramente. Frente ao contexto de crise que se instala a partir de 2013, com o falecimento de Chávez e o início do governo Maduro, quais são as estratégias de defesa do Estado Bolivariano frente a crescente ofensiva imperialista na região?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDDT, Hannah. **Sobre a Revolução.** Companhia das Letras. São Paulo, Brasil.1963.

ARENDDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo.** Companhia das Letras. São Paulo, Brasil. 1989.

BARRAGÁN, Rossana. **Formulación de Proyectos de investigación.** Programa de Investigación Estratégica en Bolívia. La Paz, Bolívia. 2001.

BARRAGÁN, Rossana. **Guía para la formulación y ejecución de proyectos de investigación.** Programa de Investigación Estratégica en Bolívia. La Paz, Bolívia, 2008.

CHÁVEZ, Hugo. **4 de febrero, Discurso del Comandante Chávez.** Venezolana de Televisión. 1992.

CHÁVEZ, Hugo. **El discurso de la Unidad.** Ediciones “Socialismo del Siglo XXI. Complejo Cultural Teresa Carreño. Caracas. 2006.

CHÁVEZ, Hugo. **Propuesta del Candidato de la Patria para la gestión Bolivariana.** Comando Campaña Carabobo. Caracas, 2012.

DIETERICH, Heinz. **El Socialismo del Siglo XXI.** Ministerio del Poder Popular para la cultura. Caracas. 2011.

CÍCERO, Pedro Henrique. **Revolução Bolivariana e Lutas Sociais: O confronto político nos primeiros anos do governo Hugo Chávez Frías.** Banco de Teses e Dissertações do IPRI. São Paulo. 2010.

FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a Venezuela: Subdesenvolvimento com abundância de divisas.** Rio de Janeiro. Editora Contraponto. 1957

GRAMSCI, Antônio. **Análisis de las situaciones. Relaciones de Fuerzas.** 2018. Disponível em: www.gramsci.org.ar

GUEVARA, Ernesto Che. **Guerra de Guerrilhas,** 1960, Cuba.

GUEVARA, Gustavo C. **Sobre las Revoluciones Latinoamericanas del siglo XX.** Editorial Newen Mapu. 2017. Buenos Aires, Argentina.

HOBBSAWN, Eric. **La Revolución en la Historia.** Booket. 1990. Barcelona.

- LANDER, L. MAYA, Margarita López. **Venezuela. La victoria de Chávez.** Nueva Sociedad. 1999.
- LÊNIN, Vladimir. **Estado e Revolução.** Boitempo Editorial. São Paulo. 2010.
- LÊNIN, Vladimir. **Imperialismo, Etapa Superior do Capitalismo.** Campinas, Brasil. 2011.
- LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital.** Abril Cultural. Rio de Janeiro. 1984.
- LOPES, Mariana. **Imperialismo, Petróleo e Revolução Bolivariana: Impasses Político-Ideológicos do Governo Chávez na Venezuela.** Repositório Institucional Unesp. São Paulo. 2009.
- MARINGONI, Gilberto. **A Venezuela que se Inventa.** Fundação Perseu Abramo. São Paulo. 2004.
- MARX, Karl. **O Manifesto Comunista.** Boitempo Editorial. São Paulo. 1848.
- MARX, Karl. **Guerra Civil na França.** Boitempo Editorial. São Paulo. 1871.
- MAO, Tsé Tung. **O livro Vermelho.** Martin Claret. São Paulo. 2002.
- MÉSZÁROS, István. O Desafio e o fardo do tempo histórico. Boitempo Editorial. São Paulo. 2007.
- MOURA, Lucas da T. **A ascensão do governo Chávez na Venezuela e sua relação com os movimentos sociais.** Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina. 2013.
- OLIVEIRA-SILVA, Luiz F. **Cidadania em armas: as Forças Armadas e a Revolução Bolivariana na Venezuela.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. 2011. São Paulo.
- POTER, Roy. TEICH, Mikulás e outros autores. **La Revolución en la Historia.** Catarata Editora. 1990. Barcelona.
- SCARTEZINI, Natália. **Revolução Bolivariana e Ofensiva Socialista na Venezuela.** Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo. 2012.
- SEMERARO, Giovanni. **Da Sociedade de Massa à Sociedade Civil: A Concepção da Subjetividade em Gramsci.** Scientific Electronic Library Online. 1999. Rio de Janeiro.

SILVA, Gleice Francisca P. HILLSHEIN, Kassiano A. **Cuba e o Processo Revolucionário.** Unioeste. 2009. Foz do Iguaçu.

VILLASENIN, Lucas. **El camino de la Revolución Bolivariana, sus orígenes y desafíos.** Acercándonos Editorial. Buenos Aires, Argentina. 2017.

VAZQUÉZ, Francisco J. Calderón. Círculos e Quadraturas: Presiones inflacionarias y Enfermedad holandesa em la Venezuela Bolivariana. Revista Entelequia. 2010.

VISENTINI, Paulo F. **Revoluções e Relações Internacionais: O caso Africano.** Revista Brasileira de Estudos Africanos, UFRGS. Rio Grande do Sul. 2016.

Entrevistas Realizadas pela autora:

Entrevista Carmen Campos - 7 de agosto de 2018. San Antônio de los Altos, Venezuela.

Entrevista Délia Maria – 16 de agosto de 2018. Caracas, Venezuela.

Entrevista Renato Castanha - 9 de agosto de 2018. La Pastora, Caracas.

Entrevista Andres Ramos – 15 de agosto de 2018, Caracas.

Entrevista Juan Miguel- 9 de agosto de 2018, Caracas

Entrevista Manuel Feres - 9 de agosto de 2018, Caracas

Entrevista Cristina Jordán – 13 de agosto de 2018, Caracas

FOTOGRAFIAS PESQUISA DE CAMPO

Foto 1 - Monte Ávila. Agosto de 2018.



Foto 2 - Teleférico de San Agustín. Agosto de 2018.



Foto 3 - Bar caraquenho, La Pastora. Agosto de 2018.



Foto 4 - A caminho de Catia. Agosto de 2018.



Foto 5 - Praça Altamira. Agosto de 2018.



Foto 6 - Cartaz de um ato feminista. Agosto de 2018.



Foto 7 - Visita ao Museu Bolivariano. “Si se opone la naturaleza lucharemos contra ella y la haremos que nos obedezca. Agosto de 2018.



Foto 8 - Visita ao Museu Bolivariano. Agosto de 2018.



Foto 9 - Aquí no se habla mal de Chávez. Agosto de 2018.



Foto 10 - Fidel e Chávez. Agosto de 2018



Foto 11 - Manifestação chavista. Agosto de 2018.



Foto 12 - Manifestação chavista. Agosto de 2018.



Foto 13 - Manifestação chavista, PSUV como linha de frente. Agosto de 2018.



Foto 14 - Entrevista com a comandante das Milícias Bolivarianas. Agosto de 2018.



Foto 15 - Entrevista com Renato Castanha. Agosto de 2018

